VALID

VALID SOLUÇÕES S.A.

CNPJ/MF 33.113.309/0001-47 - NIRE 33.3.0027799-4

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Valid Soluções S.A. relativas aos exercícios findos em 31/12/19 e de 2018, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. **Comentários da Administração:** Prezados, Encerramos o ano de 2019 apresentando uma Receita de R$ 2,0 bilhões, EBITDA[1] de R$ 309,0 milhões com margem de 15,4%. Tivemos um primeiro semestre bastante desafiador, que apresentou uma queda de 20% contra os primeiros seis meses de 2018, mas o segundo semestre, responsável por 58% do EBITDA do ano, representou um avanço dos resultados com crescimento de 6,6% do EBITDA contra o segundo semestre de 2018 e reflete a estabilidade dos negócios tradicionais da Cia.. A Receita Líquida apresentou um crescimento de 15,8% na comparação com 2018, reflexo do melhor desempenho das divisões de Meios de Pagamentos e Mobile. Ao longo do ano também observamos um excelente ritmo de crescimento das operações no exterior encerrando o ano com uma Receita Líquida 12,9% superior a 2018 (US$ 251,4 milhões vs. US$ 222,7 milhões) e, já considerando os efeitos do IFRS 16, um EBITDA de US$ 24,8 milhões, representando 31,8% do EBITDA total da Companhia contra 22,9% em 2018. Durante 2019 trabalhamos muito no desenvolvimento de novas plataformas para ofertar os serviços core da Valid de forma digital, e hoje, como um dos mais importantes players de tecnologia para emissão de carteiras de motoristas, identidades civis, certificados digitais, além de cartões bancários e virtuais nos mais diversos setores da economia, investimos permanentemente para sermos um parceiro estratégico e diferenciado no mercado, preservando os aspectos de privacidade e de conformidade que passam a figurar cada vez mais no mapa de riscos de controladores e operadores de dados.Transações envolvendo identificação presencial e remota passam a ser primordiais para o desenvolvimento de um país mais digital, especialmente em operações de pagamento. Atualmente, operações de identificação e pagamentos convergem cada vez mais para a melhoria da experiência digital, mitigando riscos inerentes de privacidade e segurança. Este movimento potencializa as competências core da Cia. para a oferta de novos serviços e soluções aos nossos clientes e parceiros. Nesse sentido, anunciamos no dia 16/12/19 a aquisição da BluPay, fintech especializada em transações financeiras, que possui um produto funcional para viabilizar o core transacional de pagamentos e vai atuar no processamento de transações atendendo a modelagem da arquitetura do pagamento instantâneo. Comunicamos também no dia 15/01/20, que estamos avançando na transformação digital de documentos de identificação com o desenvolvimento do novo RG Digital para o Estado de São Paulo. A solução é inicialmente de uso exclusivo da Polícia Civil do Estado, mas em breve será disponibilizada para toda a população. A solução reforça a nossa liderança no mercado de identificação segura no país - atuando de forma especializada na identificação de pessoas, objetos e transações – seja na expedição quanto no uso de documentos de uso civil e profissional. A BluPay e o RG Digital reforçam a nossa estratégia em crescer cada vez mais na oferta de soluções digitais, que hoje já representam aproximadamente 10% do faturamento da Cia. e incrementam o nosso portfólio de soluções tais como: identificação digital, certificados digitais, mobile banking, desmaterialização, gerenciamento de cidades inteligentes, entre outros. Além das novas iniciativas, e após um segundo semestre com o retorno da estabilidade dos nossos negócios, estamos confiantes na entrega de resultados em 2020, com foco incansável em eficiência e vendas do business tradicional, e também no desenvolvimento das novas iniciativas de crescimento. Referente à política de dividendos, mantemos o compromisso de distribuir pelo menos 50% do nosso lucro líquido ajustado, sem que isso comprometa nossa política de crescimento, também através de aquisições e desenvolvimento de novos negócios. No dia 11/11/19 anunciamos o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$ 49.213 correspondentes a R$ 0,70 por ação. O pagamento será realizado em 2 parcelas iguais no valor de R$ 0,35 por ação, sendo a 1ª já realizada em 03/01/20 e a 2ª em 03/04/20. Agradecemos novamente pela confiança depositada em nosso corpo executivo e em nosso time de colaboradores, que seguem comprometidos com a evolução e entrega dos objetivos da Valid. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst Young Auditores Independentes ("EY") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Cia. e suas empresas controladas. Em 2019, a remuneração da EY referente aos serviços de auditoria independente da Cia., sediada no Brasil, foi de R$2.674 mil. Adicionalmente, a EY prestou outros serviços profissionais relacionados à auditoria independente no montante total de R$556 mil, referentes basicamente: (i) Consultorias tributárias e (ii) Consultorias para elaboração de Due Diligence. As políticas da Valid Soluções S.A na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício findo em 31/12/19, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços não relacionados à auditoria. **Governança Corporativa:** A Cia. adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. Para melhor ilustrar as boas práticas adotadas, a Companhia possui exclusivamente ações ordinárias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA – B3), possui um Conselho de Administração com seis membros sendo cinco deles independentes e segue o regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O Novo Mercado é um segmento de listagem da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação vigente. **Responsabilidade Socioambiental:** Visando o alcance dos propósitos da organização e alinhado a estratégia corporativa, a Valid possui o Sistema de Gestão de Responsabilidade Total, a qual abrange o atendimento à qualidade dos produtos e serviços, segurança física e lógica, responsabilidade social, responsabilidade ambiental e gestão de riscos. O Sistema de Gestão de Responsabilidade Total da Valid integra as certificações FSC, ISO 9001, NBR15540, ISO 14298, ISO 27001, normas internas, Código de Ética e Conduta Global, Política de Segurança Patrimonial, Política de Segurança da Informação, Política de Gestão de Riscos, requisitos legais aplicáveis, boas práticas de responsabilidade social e práticas de responsabilidade ambiental que abrangem o tratamento de efluentes e a destinação correta de resíduos industriais. Este modelo está implantado nas unidades do Brasil e é aplicado com o objetivo de atender as necessidades dos clientes e demais partes interessadas, em busca da fidelização e melhoria contínua, além de externar o comprometimento da Valid com o atendimento das legislações vigentes, bem como o desenvolvimento sustentável. A Cia. aporta recursos em vários projetos que promovem o bem-estar social, a disseminação da cultura brasileira e o desenvolvimento educacional de crianças e jovens pelo Brasil, tais como: Projeto Horizonte com a ONG Luar que atende em torno de 27 adolescentes por ano em situação de vulnerabilidade social, e já formou 175 adolescentes, além de empregar 230 jovens aprendizes em nossas unidades; São mais de 200 funcionários portadores de deficiência, auditiva, visual ou intelectual. Livro na Praça, que leva mais de 2.000 exemplares a comunidades carentes onde não existem bibliotecas, garantindo acesso à informação e ampliação do conhecimento cultural por meio da leitura. Oficinas de judô gratuitas para crianças e jovens moradores das comunidades Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, no Rio de Janeiro. A proposta do projeto é ir além dos golpes e técnicas, mas auxiliar no desenvolvimento humano dos jovens. O judô, nesse sentido, é uma modalidade privilegiada, por carregar tradições e valores que são importantes instrumentos educacionais, como a coragem, humildade, respeito, disciplina, determinação e solidariedade. Passageiro do Futuro que treina adolescentes para papéis técnicos e artísticos no teatro. São oferecidos workshops de capacitação em design de cenários, vestuário, som, maquiagem, atuação e treinamento físico e vocal para os jovens entre 15 e 21 anos. Apoio a cultura nacional através da produção de livros que contém a história do nosso país, nossa cultura e os aspectos inerentes ao dia a dia dos Brasileiros e ainda a capacitação de pessoas portadoras de deficiência para prepará-los para o mercado de trabalho. Sabemos que como Valid, e junto aos quase 6.000 funcionários, podemos influenciar positivamente as comunidades onde atuamos e por este motivo, buscamos o desenvolvimento social das mesmas. **Aderência à Câmara de Arbitragem:** A Cia., seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Cia., na Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento. **Agradecimentos:** Reconhecemos que os resultados alcançados pela Valid S.A. em 2019 são frutos do esforço, empenho, apoio e profissionalismo de todos que de alguma forma estão relacionados ao nosso negócio, a Cia. gostaria de agradecer a todos os colaboradores, acionistas, membros do Conselho de Administração, membros do conselho fiscal, clientes e fornecedores.

Balanços patrimoniais Em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	**206.387**	198.977	**318.522**	311.571
Contas a receber de clientes	5	**143.872**	147.494	**395.523**	367.982
Créditos com partes relacionadas	14	**5.153**	2.868	-	-
Impostos a recuperar	6.a	**20.776**	42.120	**79.983**	95.842
Estoques	7	**90.922**	58.916	**227.028**	145.902
Outros Ativos		**6.239**	5.029	**61.080**	40.297
		473.349	455.404	**1.082.136**	961.594
Ativo disponível para venda		-	791	-	791
		473.349	456.195	**1.082.136**	962.385
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	**3.115**	1.830	**3.115**	1.830
Contas a receber de clientes	5	**11.518**	13.229	**11.594**	15.556
Créditos com partes relacionadas		-	-	**1.972**	-
Depósitos judiciais	8	**31.879**	32.455	**36.435**	38.616
Impostos a recuperar	6.a	**21.146**	20.722	**21.473**	21.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	**26.096**	31.325	**88.480**	68.489
Outras contas a receber		**505**	425	**2.616**	2.749
Investimentos	9	**829.559**	809.964	**44.595**	42.809
Imobilizado	11	**220.977**	171.826	**453.837**	365.507
Intangível	10	**28.019**	29.175	**772.189**	727.924
		1.172.814	1.110.951	**1.436.306**	1.284.854
Total do ativo		**1.646.163**	1.567.146	**2.518.442**	2.247.239

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo circulante					
Fornecedores		**43.796**	29.089	**181.080**	108.852
Débitos com partes relacionadas	14	**5.582**	1.831	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	12	**96.061**	1.212	**275.552**	213.403
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		**35.365**	41.577	**67.015**	61.396
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.c	**9.101**	10.847	**22.255**	18.661
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.d	**44.351**	37.448	**44.351**	37.448
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		**14.316**	3.336	**41.583**	26.006
		248.572	125.340	**631.836**	465.766
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	12	**275.527**	357.857	**669.698**	617.438
Provisões	13	**12.999**	12.041	**15.243**	15.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	-	-	**38.080**	36.279
Outras contas a pagar		**10.200**	-	**46.478**	24.297
		298.726	369.898	**769.499**	693.030
Total do passivo		**547.298**	495.238	**1.401.335**	1.158.796
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	**904.508**	904.508	**904.508**	904.508
Reservas de capital	15.b	**12.517**	10.302	**12.517**	10.302
Ações em tesouraria	15.b	**(15.978)**	(14.791)	**(15.978)**	(14.791)
Reservas de lucros	15.c	**193.777**	180.697	**193.777**	180.697
Ajustes acumulados de conversão	15.e	**4.041**	(8.808)	**4.041**	(8.808)
		1.098.865	1.071.908	**1.098.865**	1.071.908
Participações de não controladores	15.f	-	-	**18.242**	16.535
Patrimônio líquido		**1.098.865**	1.071.908	**1.117.107**	1.088.443
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.646.163**	1.567.146	**2.518.442**	2.247.239

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita de vendas líquida	21	**813.497**	689.135	**2.007.962**	1.734.312
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	22	**(634.987)**	(522.984)	**(1.566.764)**	(1.311.055)
Lucro bruto		**178.510**	166.151	**441.198**	423.257
Despesas com vendas	22	**(48.174)**	(33.589)	**(169.122)**	(135.652)
Despesas gerais e administrativas	22	**(30.591)**	(32.433)	**(82.475)**	(86.297)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	**(6.852)**	(9.450)	**(61.578)**	(45.984)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(7.915)**	8.451	**2.346**	(2.677)
Lucro antes do resultado financeiro		**84.978**	99.130	**130.369**	152.647
Receitas financeiras	23	**10.723**	36.866	**82.712**	88.395
Despesas financeiras	23	**(28.372)**	(29.211)	**(143.257)**	(114.609)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**67.329**	106.785	**69.824**	126.433
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.d	**(7.819)**	(3.376)	**(32.715)**	(29.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	**(5.229)**	(3.369)	**16.632**	3.554
Lucro líquido do período		**54.281**	100.040	**53.741**	100.078
Resultado atribuíveis aos acionistas controladores		**54.281**	100.040	**54.281**	100.040
Resultado atribuíveis aos acionistas não controladores	15.f	-	-	**(540)**	38
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores	16	**0,77141**	1,42030	**0,77141**	1,42030

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findos em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do período	**54.281**	100.040	**53.741**	100.078
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente	-	-	-	-
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	**17.837**	77.424	**18.493**	78.302
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	**(4.988)**	(14.915)	**(4.988)**	(14.915)
Resultado abrangente total do período	**67.130**	162.549	**67.246**	163.465
Resultado abrangente atribuível a:				
Resultado atribuíveis aos acionistas controladores	**67.130**	162.549	**67.130**	162.549
Resultado atribuíveis aos acionistas não controladores	-	-	**116**	916

Demonstrações do valor adicionado Exercício findos em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas	**938.431**	799.325	**2.164.039**	1.861.984
Venda serviços e mercadorias líquidas devoluções	**932.955**	791.190	**2.150.649**	1.862.063
Outras receitas	**4.169**	3.003	**15.773**	4.179
Provisão para perdas sobre créditos	**1.307**	5.132	**(2.383)**	(4.258)
Insumos adquiridos de terceiros	**(369.911)**	(271.279)	**(1.122.570)**	(863.020)
Custo das mercadorias e serviços	**(324.916)**	(239.103)	**(963.122)**	(747.010)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	**(44.995)**	(32.176)	**(159.448)**	(116.010)
Valor adicionado bruto	**568.520**	528.046	**1.041.469**	998.964
Depreciação e amortização	**(41.107)**	(42.039)	**(135.350)**	(117.103)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**527.413**	486.007	**906.119**	881.861
Valor adicionado recebido em transferência	**2.808**	45.317	**85.058**	85.718
Resultado de equivalência patrimonial	**(7.915)**	8.451	**2.346**	(2.677)
Receitas financeiras	**10.723**	36.866	**82.712**	88.395
Valor adicionado total a distribuir	**530.221**	531.324	**991.177**	967.579
Pessoal e encargos (exceto INSS)	**266.053**	240.319	**554.669**	500.088
Remuneração direta	**188.245**	169.798	**443.549**	398.585
Benefícios	**61.901**	55.558	**90.325**	81.836
FGTS	**15.907**	14.963	**20.795**	19.667
Impostos, taxas e contribuições	**171.582**	143.379	**226.166**	213.750
Federais	**136.911**	114.092	**182.136**	174.584
Estaduais	**7.594**	5.475	**9.147**	6.502
Municipais	**27.077**	23.812	**34.883**	32.664
Remuneração de capitais de terceiros	**38.305**	47.586	**156.601**	153.663
Juros	**28.372**	29.211	**143.257**	114.609
Aluguéis	**9.933**	18.375	**13.344**	39.054
Remuneração de capitais próprios	**54.281**	100.040	**53.741**	100.078
Dividendos e juros sobre capital próprio	**49.213**	57.980	**49.213**	57.980
Lucros retidos	**5.068**	42.060	**5.068**	42.060
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	**(540)**	38
Valor adicionado distribuído	**530.221**	531.324	**991.177**	967.579

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**144.983**	144.819	**325.872**	290.102
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**67.329**	106.785	**69.824**	126.433
Ajustes ao lucro gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação	11	**33.728**	36.394	**86.939**	71.259
Baixa de ativos	11	**2.706**	4.013	**6.190**	4.843
Amortização	10	**7.379**	5.645	**48.411**	45.844
Amortização do fundo Criatec III		**342**	-	**342**	-
Atualização de depósitos judiciais	8	**(49)**	(2.834)	**71**	(3.026)
Opções de outorgas reconhecidas		**2.215**	2.835	**2.215**	2.835
Provisões	13	**2.452**	620	**6.391**	(453)
Provisão para perdas sobre créditos	5	**(1.307)**	(5.132)	**2.383**	4.258
Provisão para obsolescência de imobilizado	11	**(266)**	1.587	**(266)**	1.370
Provisão para obsolescência de estoques	7	-	-	**593**	(1.413)
Impairment	24	-	-	**44.886**	-
Equivalência patrimonial	9	**7.915**	(8.451)	**(2.346)**	2.677
Correção Monetária Plano Verão		-	(23.695)	-	(23.695)
Despesa de juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	23	**25.044**	27.014	**51.967**	54.157
Ganho na alienação de controlada		-	-	**84**	-
Outras variações cambiais	23	**234**	38	**5.529**	9.192
Variação cambial de empréstimos, adiantamentos e leasing	23	-	-	**673**	-
Juros e variação cambial sobre Adiantamento e Leasing		**(2.689)**	-	**2.479**	(782)
Juros e variação cambial sobre mútuos		**(50)**	-	**(493)**	(3.397)
Variações nos ativos e passivos		**(17.328)**	(36.622)	**(76.445)**	(89.379)
Contas a receber de clientes	5	**4.405**	(21.483)	**(24.761)**	(32.063)
Impostos a recuperar	6	**20.920**	(5.467)	**15.136**	(15.966)
Estoques	7	**(32.006)**	(11.317)	**(83.615)**	(17.018)
Depósitos judiciais	8	**625**	1.863	**2.190**	3.101
Outras contas a receber		**(1.474)**	237	**(14.600)**	10.082
Fornecedores		**6.193**	(5.635)	**42.608**	(14.328)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		**(6.212)**	3.704	**5.871**	(5.657)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6	**(1.588)**	12.899	**(957)**	10.059
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		**1.280**	672	**15.626**	5.731
Pagamentos para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	13	**(1.494)**	(1.816)	**(6.066)**	(2.618)
Pagamento de IR e CSLL		**(7.977)**	(10.279)	**(27.877)**	(30.702)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**127.655**	108.197	**249.427**	200.723
Aquisição de imobilizado	11	**(53.695)**	(25.546)	**(79.330)**	(43.498)
Aquisição de intangível	10	**(5.728)**	(10.510)	**(35.636)**	(32.209)
Aumento de capital em controladas	9	**(2.849)**	(22.186)	-	-
Títulos e valores mobiliários	4	**(1.627)**	(1.091)	**(1.627)**	18.021
Dividendos e juros sobre o capital próprios recebidos	9	**20.000**	15.000	-	-
Aquisição da participação societária – Tress	9	-	-	-	(685)
Aquisição da participação societária – Nexitera	9	-	-	-	(3.451)
Aquisição da participação societária – Blu Pay	9	**(1.950)**	-	**(1.950)**	-
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		**(45.849)**	(44.333)	**(118.543)**	(61.822)
Dividendos pagos	15.d	-	(10.576)	-	(10.576)
Juros sobre capital próprio pagos líquidos	15.d	**(42.310)**	(20.541)	**(42.310)**	(20.541)
Ações em tesouraria	15.b	**(1.187)**	(4.212)	**(1.187)**	(4.212)
Pagamento de arrendamentos		**(5.966)**	(1.785)	**(21.749)**	(5.102)
Pagamento de juros sobre arrendamento	25.b	-	-	**(4.811)**	-
Captação de debêntures	25.b	-	357.072	-	357.072
Pagamento de debêntures	25.b	-	(324.613)	-	(324.613)
Pagamento de juros sobre debêntures	25.b	**(24.933)**	(26.037)	**(24.933)**	(26.037)
Captação de Financiamentos	25.b	-	-	**3**	-
Pagamento de financiamentos	25.b	-	-	**(3)**	(5.125)
Pagamento de juros sobre financiamentos	25.b	-	-	-	(157)
Empréstimos	25.b	-	-	**275.537**	78.571
Pagamento de empréstimos	25.b	-	-	**(287.035)**	(158.238)
Pagamento de juros sobre empréstimos	25.b	-	-	**(25.143)**	(26.856)
Caixa gerado (consumido) atividades de financiamento		**(74.396)**	(30.692)	**(131.631)**	(145.814)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**7.410**	33.172	**(747)**	(6.913)
Saldos do caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	**198.977**	165.805	**311.571**	296.857
Efeito mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes		-	-	**7.698**	21.627
Saldos do caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	**206.387**	198.977	**318.522**	311.571
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**7.410**	33.172	**(747)**	(6.913)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado) Exercício findos em 31/12/19 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Nota	Capital social	Opção de outorga reconhecida	Ações em tesouraria	Ganho na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Ajuste acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo inicial DMPL em: 31/12/2018		904.508	10.302	(14.889)	98	56.269	124.428	(8.808)	-	**1.071.908**	16.535	**1.088.443**
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(826)	-	-	**(826)**	-	**(826)**
Saldo inicial após ajuste		904.508	10.302	(14.889)	98	56.269	123.602	(8.808)	-	**1.071.082**	16.535	**1.087.617**
Participações Não Controlador - Nexitera		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.428)	**(1.428)**
Participações Não Controlador - Valid Nigéria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.921	**1.921**
Participações Não Controlador - Blu Pay		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	**1.098**
Ações em tesouraria		-	-	(1.187)	-	-	-	-	-	**(1.187)**	-	**(1.187)**
Efeitos cambiais sobre investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	17.837	-	**17.837**	656	**18.493**
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	15.e	-	-	-	-	-	-	(4.988)	-	**(4.988)**	-	**(4.988)**
Opções outorgadas reconhecidas		-	2.215	-	-	-	-	-	-	**2.215**	-	**2.215**
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	-	-	-	-	54.281	**54.281**	(540)	**53.741**
Constituição de reserva legal	15.c	-	-	-	-	2.714	-	-	(2.714)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	15.c	-	-	-	-	-	2.354	-	(2.354)	-	-	-
Ajuste por inflação em controlada no exterior	15.c	-	-	-	-	-	8.838	-	-	**8.838**	-	**8.838**
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(49.213)	**(49.213)**	-	**(49.213)**
Saldo final DMPL em: 31/12/2019		904.508	12.517	(16.076)	98	58.983	134.794	4.041	-	**1.098.865**	18.242	**1.117.107**

Controladora

	Nota	Capital social	Opção de outorga reconhecida	Ações em tesouraria	Ganho na venda de ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajuste acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo inicial DMPL em: 31/12/2017		904.508	7.467	(13.073)	3.332	51.267	86.240	10.577	(71.317)	-	**979.001**	11.694	**990.695**
Adoção inicial IFRS09 e IFRS15		-	-	-	-	-	(11.054)	-	-	-	**(11.054)**	-	**(11.054)**
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial após ajuste		904.508	7.467	(13.073)	3.332	51.267	75.186	10.577	(71.317)	-	**967.947**	11.694	**979.641**
Pagamento de dividendos adicionais propostos	15.d	-	-	-	-	-	-	(10.577)	-	-	**(10.577)**	-	**(10.577)**
Participações Não Controlador - Nova Empresa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.925	**3.925**
Ações em tesouraria		-	-	(1.816)	(3.234)	-	-	-	-	-	**(5.050)**	-	**(5.050)**
Efeitos cambiais sobre investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	77.424	-	**77.424**	878	**78.302**
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	15.e	-	-	-	-	-	-	-	(14.915)	-	**(14.915)**	-	**(14.915)**
Opções outorgadas reconhecidas		-	2.835	-	-	-	-	-	-	-	**2.835**	-	**2.835**
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	-	-	-	-	-	100.040	**100.040**	38	**100.078**
Constituição de reserva legal	15.c	-	-	-	-	5.002	-	-	-	(5.002)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	15.c	-	-	-	-	-	37.058	-	-	(37.058)	-	-	-
Ajuste por inflação em controlada no exterior	15.c	-	-	-	-	-	12.184	-	-	-	**12.184**	-	**12.184**
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(57.980)	**(57.980)**	-	**(57.980)**
Saldo final DMPL em: 31/12/2018		904.508	10.302	(14.889)	98	56.269	124.428	-	(8.808)	-	**1.071.908**	16.535	**1.088.443**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/19 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Cia.: A Valid Soluções S.A. ("Valid", "Controladora" ou "Cia."), com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos. Em 8/06/18, a Cia. teve sua denominação social alterada de "Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A." para "Valid Soluções S.A.". A Cia. tem por objeto social, principalmente, a produção e a prestação de serviços para o mercado de segurança na identificação, gerenciamento e proteção de dados, sejam eles físicos ou digitais. Criada em 1957, a Valid incorpora confiança e segurança na identificação de pessoas, objetos e transações, desde o início da sua operação. A permanência no mercado conferiu à marca uma especial credibilidade para o desenvolvimento de soluções seguras e integradas, uma evolução que atravessou o século e que motiva continuar atendendo aos desafios de uma sociedade digital ao longo das próximas décadas. A Valid é um dos mais importantes players de tecnologia para emissão de carteiras de motoristas, identidades civis, certificados digitais, além de cartões bancários e virtuais nos mais diversos setores da economia, como governo, bancos, telecomunicações, educação, saúde, entretenimento e varejo. A Cia. atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Valid tem entre seus principais clientes governos estaduais e agências públicas, grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, varejistas, cooperativas agrícolas e profissionais liberais. O portfólio de soluções oferecidas inclui cartões de crédito e de débito, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, smart cards, selos rastreáveis, contactless cards, certificados digitais, cheques, extratos bancários, sistemas de identificação biométrica, sistemas para modernização administrativa, aplicativos para internet banking, sistemas de gestão de assinaturas para operadoras de telefonia móvel, sistemas de armazenamento inteligente, serviços de rastreabilidade utilizando tecnologia RFID e contas de serviços de utilidade pública. A Cia. e suas empresas controladas (aqui definidas como "Cia. e suas controladas") são as sociedades domiciliadas no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Nigéria, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Argentina, México, Uruguai, Colômbia, China, Taiwan e Irlanda, conforme detalhado na Nota 2.3. A Cia. tem suas ações negociadas na B3 sob o código "VLID3" e encontra-se listada desde 12/06/16, no segmento de governança denominado de Novo Mercado. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Cia. considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para a publicação pelo Conselho de Administração em 05/03/20. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. As demonstrações financeiras da Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. ("Valid Argentina") e Grupo Uram S.R.L. (URAM) foram preparadas sob os requerimentos do "*IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*". **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Cia. e suas controladas em 31/12/19. O controle é obtido quando a Cia. estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, cuja participação percentual nas datas dos balanços está apresentada a seguir:

Controladas	Denominação	31/12/2019 Direta	31/12/2019 Indireta	31/12/2018 Direta	31/12/2018 Indireta
1. Valid Participações Ltda.	Valid Par	**100**	**-**	100	-
2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Argentina	**98,3**	**1,7**	97,9	2,1
3. Interprint Ltda.	Interprint	**100**	**-**	100	-
3.1. Valid Certificadora Digital Ltda.	Valid Certificadora	-	**100**	-	100
3.2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Uruguai	-	**100**	-	100
3.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de C.V.	Valid México	-	**100**	-	100
3.4. Grupo Uram S.R.L.	Uram	-	**51**	-	51
3.5. Inemator S.A.	Inemator	-	**51**	-	51
3.6. Tress Impressos de Segurança Ltda.	Tress	**100**	**-**	100	-
3.7. Nexitera Consultoria e Soluções em TI Ltda.	Nexitera	**56,8**	**-**	51,8	-
4. Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	**100**	**-**	100	-
5. Blu Pay Tecnologia de dados Ltda.	Blu Pay	**51**	**-**	-	-
6. Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	**100**	**-**	100	-
6.1. Valid USA, Inc.	Valid USA	-	**100**	-	100
6.1.1. Valid Identity Solutions, LLC	Valid ID	-	**100**	-	100
6.1.2. Valid Secure Packaging, Inc	VSP	-	**100**	-	100
6.1.3. Marketing Software Company, LLC	MSC	-	**100**	-	100
6.2. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S)	Valid A/S	-	**100**	-	100
6.2.1. Valid Logistics Limited	Valid Logistics	-	**100**	-	100
6.2.2. Logos Solvo Limited	Logos Solvo	-	**100**	-	100
6.2.3. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	-	**100**	-	100
6.2.3.1. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	-	**100**	-	100
6.2.3.2. Valid South Africa (Pty)Ltd	Valid South Africa	-	**70**	-	70
6.2.3.3. Valid Africa Ltd	Valid Africa	-	**100**	-	100
6.2.3.4. Valid Middle East FZE	Valid Middle East	-	**100**	-	100
6.2.3.5. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies Índia	-	**99,9**	-	99,9
6.2.3.6. Valid Asia Pte Ltd	Valid Singapore	-	**100**	-	100
6.2.3.7. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	-	**99**	-	99
6.2.3.8. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	-	**51**	-	51
6.2.3.9. Valid Europe AS Denmark	Valid Europe	-	**-**	-	100
6.2.3.10. Valid Technologies Solutions Aps	Valid Technoligies Solutions	-	**-**	-	100
6.2.3.11. Valid Investment Pte Singapore	Valid Investment	-	**-**	-	100
6.2.4. Logos Smart Card (Mauritius) Ltd	Logos Mauritius	-	**100**	-	100
6.2.5. Logos Smart Card A/S	Logos Denmark	-	**100**	-	-
6.2.6. Logos Smart Card (Asia) Pte. Ltd	Logos Singapore	-	**-**	-	100
6.3. Valid Technologies Co,, Ltd.	Valid Beijing	-	**100**	-	100
6.4. Valid Card Nigeria Limited	Valid Nigéria	-	**70**	-	100

1. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. 2. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários, cartões para transporte e de cartões inteligentes (*Simcards*) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países da América Latina, como Panamá, El Salvador, Bolívia, Paraguai e Uruguai. 3. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Tress, Nexitera, Valid México, Uram, Inemator e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México, Argentina e Uruguai, respectivamente. 3.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. 3.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com *chip* e cartões inteligentes em geral. 3.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral. 3.4. Uram: adquirida influência significativa em 2/10/15 e controle em 25/01/16, tem sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, atua no ramo de serviços de soluções em *software* para o mercado de telecomunicações e bancário. 3.5. Inemator: adquirida influência significativa em 2/10/15 e controle em 25/01/16, tem sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua no ramo de serviços de soluções de *software* para o mercado de telecomunicações e bancário. 3.6. Tress: adquirida em julho de 2018, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de impressão de segurança, produzindo principalmente, documentos públicos oficiais, diplomas, carteiras de habilitação, selos de órgãos públicos, Registros Gerais (RGs), entre outros. 3.7. Nexitera: adquirida em outubro de 2018, com sede no estado do Paraná, Brasil, com foco em soluções corporativas para a área de agronegócio. Com a operação, a Agritech se torna uma linha de negócios da Valid especializada em soluções inovadoras para toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária. 4. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um *bureau* comercial. 5. BluPay: adquirida em dezembro de 2019, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua no segmento de meios de pagamento. Empresa especializada em transações financeiras baseada em tecnologia blockchain, que garante a rastreabilidade, privacidade e irretratabilidade das transações realizadas entre as partes de forma imediata e confiável. 6. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (*SIM cards*) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas, Valid USA, Valid Beijing, Valid Nigéria e Valid A/S e duas empresas coligadas chamadas CUBIC e BCT. 6.1. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012, com sede em Illinois, Estados Unidos da América, atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas Valid ID, VSP e MSC.

Controladas	Localidade	Atividade principal
Valid ID	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o *workflow* de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de *secure fulfilment* (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, *gift cards* e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de *marketing* de bancos de dados altamente efetivos.

6.2. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S"): empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca, que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de *smart cards*, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para *SIM cards* e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui cinco controladas diretas e oito controladas indiretas, conforme apresentado a seguir:

Controlada	Direta/ indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Mauritius	Matriz de compras (*Suply Chain*)
Logos Solvo	Direta	Mauritius	Soluções & serviços
Valid Holding	Direta	Dinamarca	Holding
Logos Smart Card A/S	Direta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções de software e venda de módulos para fabricantes de cartões
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de software
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de cartões SIM, cartões bancários, soluções de software, outros produtos relacionados e prestação de serviços de gestão à Valid Africa
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de cartões SIM, cartões bancários, outros produtos relacionados e soluções de software
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de software.
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de cartões SIM, outros produtos relacionados e soluções de software.
Valid Asia Singapore	Indireta	Singapura	Venda de cartões SIM, cartões bancários, outros produtos relacionados e soluções de software, incluindo a prestação de serviços para outras entidades
Valid Indonesia	Indireta	Indonésia	Venda de cartões SIM e outros produtos relacionados
Valid Taiwan	Indireta	Taiwan	Venda de cartões SIM
Logos Mauritius	Direta	Mauritius	Serviços de suporte para desenvolvimento de aplicativos

6.3. Valid Beijing: empresa constituída em março de 2018, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Pequim, China, atuando com desenvolvimento; consultoria e prestação de serviços de tecnologia e importação e exportação de produtos. 6.5. Valid Nigéria: empresa constituída em maio de 2018, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na cidade de Lagos, Nigéria, atuando com produção de cartões inteligentes e outros dispositivos relacionados a tecnologia de cartões inteligentes; fornecimento de soluções em meios de pagamento e marketing digital. Especificamente, a Cia. controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida). • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Cia. tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Cia. considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Cia. avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Cia. obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Cia. deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Valid obtiver controle até a data em que o Valid deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Cia., mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Cia.. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Cia., são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Cia. perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Entidade com influência significativa: Em 31/12/19 e 2018, a controlada Valid Soluciones Tecnológicas detém 6,13% e 20% das ações da Cubic Telecom ("Cubic") e Beautiful Card Technology ("BCT"), respectivamente, sobre as quais mantém influência significativa e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.4. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Cia. avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Cia. que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma Unidade Geradora de Caixa (UGCs) e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.5. Moedas funcionais e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Cia. e suas controladas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o que dispõe o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21. a) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre estes itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente). Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Cia. reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Cia. determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. b) Moedas funcionais da Cia. e suas controladas

Empresas	Moeda funcional
Valid	Real
Valid Participações	Real
Blu Pay	Real
Valid Argentina	Peso argentino
Interprint	Real
Valid Certificadora	Real
Tress	Real
Nexitera	Real
Valid Uruguai	Peso uruguaio
Valid México	Peso mexicano
Uram	Peso argentino
Inemator	Peso uruguaio
Valid Sucursal	Peso colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid USA	Dólar americano
Valid ID	Dólar americano
VSP	Dólar americano
MSC	Dólar americano
Valid A/S (*)	Dólar americano
Valid Beijing	Dólar americano
Valid Nigéria	Dólar americano

(*) Cada uma das empresas controladas pela Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais. No entanto, a moeda funcional dólar americano é a mais representativa para a Valid A/S e suas controladas.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a esta entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. **2.6. Reconhecimento de receita:** Receita de contrato de cliente: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Cia. espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Cia. conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A seguir estão descritos os segmentos operacionais da Cia. (conforme Nota 17) e, as respectivas considerações sobre o momento do reconhecimento da receita: *Meios de pagamento:* Neste segmento, são vendidos produtos e soluções integradas, tais como: cartões com chip e de tarja magnética; gift cards; impressão de cheques; faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, são vendidas soluções em Radio Frequency Identification – RFID, cartões contactless e de pagamentos móveis (por meio de TSM – Trusted Service Manager e HCE – Host Card Emulation, via NFC – Near Field Communication). A receita de venda desse segmento com relação aos produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos cartões ao passo que o reconhecimento de serviços é efetuado no momento em que ocorre a prestação. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega. *Identificação:* O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados; impressos de segurança; reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade; carteiras de habilitação; carteiras de conselho de classe; selos para segurança e autenticidade de marcas. A Cia. oferece uma estrutura full service, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para Smart Cities e selos rastreáveis. O reconhecimento da receita deste segmento é realizado no momento da emissão dos documentos, pois uma vez que os documentos estão emitidos a responsabilidade e consequentemente o controle da sua retirada passa a ser do solicitante. *Telecom - Mobile:* No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Cia., destacam-se os serviços de emissão de extrato e tecnologias para o uso em celular e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel. Nesse segmento, a Cia. atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular – como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards o principal produto da unidade de negócio. O reconhecimento de receita com é realizado no momento em que ocorre a transferência de responsabilidade para o cliente. Receita de juros: As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas financeiras". **2.7. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Cia. opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. Tributos diferidos: A Cia. contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Cia. se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial. **2.8. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático, a Cia. inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 (IFRS 9). Vide políticas contábeis na Nota 2.6 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Cia., em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* A Cia. mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a partes relacionadas, caixa e bancos e outros ativos financeiros não circulantes (vide Nota 19). *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Em 31/12/19, a Cia. e suas controladas não possuíam instrumentos derivativos. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Deixa de ser reconhecido:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cia.. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). A Cia. estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 (IFRS 9) forem atendidos. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12. *Deixa de ser reconhecido:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Contabilidade de *hedge*: No início de um relacionamento de *hedge*, a Cia. formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. O objetivo da contabilização de *hedge* é representar, nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado (ou outros resultados abrangentes, no caso de investimentos em instrumento patrimonial para os quais a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes). Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de *hedge* para os quais deve ser aplicada a contabilização de *hedge* para permitir a compreensão de seus fins e efeitos. *Hedge* de investimento líquido: O *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de item monetário contabilizado como parte do investimento líquido, são contabilizados de maneira similar aos *hedges* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte eficaz do *hedge* são reconhecidos como outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionadas à parcela ineficaz são reconhecidos na demonstração do resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor acumulado de quaisquer destes ganhos ou perdas registradas no patrimônio líquido é transferido para a demonstração do resultado. A Cia. detém um empréstimo como *hedge* de sua exposição ao risco cambial sobre o investimento que a controlada Valid Espanha possui na Valid USA, conforme Nota 15.e. A Cia. utiliza um empréstimo como *hedge* de sua exposição ao risco cambial sobre a que a Controlada Valid Espanha possui na Valid USA, conforme Nota 15.e. **2.9. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Cia.. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **2.10. Relatórios financeiros em economias hiper inflacionárias:** Em julho de 2018, no acumulado dos últimos três anos, a inflação na Argentina excedeu o percentual de 100%. Durante o último trimestre de 2018 o peso argentino se desvalorizou fortemente perante as outras moedas e as taxas de juros excederam o montante de 40%. O *International Accounting Standards Board (IASB)* não estabelece quando uma economia é hiperinflacionária, contudo, o *IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies* traz alguns parâmetros quantitativos e qualitativos que ajudam a determinar se uma economia é hiper inflacionária. A Cia. efetuou uma avaliação sobre o cenário econômico atual da Argentina incluindo em suas análises, a avaliação das projeções futuras da Argentina. Nesse sentido, identificou que a situação dos indicadores acima apresentados não possui expectativa de reversão no curto prazo. Por esse motivo, considerando o que a norma esclarece sobre a manutenção do poder de compra da moeda, a Cia. passou tratar o peso argentino como moeda hiper inflacionária e registrar as transações na subsidiária Valid Argentina sob os requerimentos do IAS 29 a partir do 3º trimestre de 2018. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência do exposto acima, a Cia. aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicando as regras do IAS 29 da seguinte forma: • A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º/01/18 (conforme parágrafo 4 do IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações financeiras de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação); • Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31/12/17 foram reportados no patrimônio líquido e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º/01/18 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 do IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações financeiras se torna necessária. • A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda; A atualização monetária do balanço patrimonial da subsidiária Valid Argentina gerou um impacto de R$11.055 no ativo, R$14.433 no passivo e R$3.378 no resultado da Cia.. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Cia. e suas controladas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.13. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Cia. e suas controladas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Cia. e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme apresenta-do a seguir:

	Taxa média de depreciação anual
Edificações	**5,7%**
Máquinas e equipamentos	**10,2%**
Leasing	**15,2%**
Móveis e utensílios	**13,9%**
Veículos	**17,15%**
Equipamentos de processamento de dados	**20,3%**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**12,1%**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado. **2.14. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são incialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no CPC 04 (R1), equivalente ao IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, ou no surgimento de algum indicativo, a Cia. e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo ou da UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.17. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisão para custos de reestruturação: Provisões para custos de reestruturação são reconhecidas somente quando a Cia. possui uma obrigação construtiva, o que ocorre quando: (i) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando o negócio ou parte do negócio em questão, os principais locais, funções e empregados afetados, a estimativa detalhada dos custos associados e a linha do tempo para sua execução; e (ii) os empregados afetados tenham sido notificados dos principais aspectos do plano. Contrato oneroso: Se a Cia. possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Cia. reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Cia. é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.18. Sazonalidade:** A Cia. e suas controladas não possuem efeitos significativos relativos à sazonalidade em suas operações. **2.19. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Cia.. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Cia. utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras o valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Cia. determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas na Nota 19. **2.20. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Cia. classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Cia. está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. **2.21. Transações envolvendo pagamento em ações:** A Cia. possui para um determinado grupo de funcionários (executivos *seniores*), um plano de remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que esses funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais. Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Cia. como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação. O custo de transações com estes funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Cia. utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado. O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio.A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Cia. sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "Despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Cia. do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes ao prêmio, mas sem uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição. Condições de não aquisição estão refletidas no valor justo do prêmio e levam ao lançamento imediato do prêmio como despesa a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis. Onde prêmios incluem um mercado ou condição de não aquisição, as operações são tratadas como investido independentemente de o mercado ou condição de não aquisição é satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços são satisfeitas. Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de concessão do prêmio sem modificações, desde que estejam reunidas as condições iniciais do prêmio. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que aumente o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais. Se uma condição é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento restante do valor justo do prêmio é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **2.22. Segregação entre circulante e não circulante:** A Cia. e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Cia. e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.23. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia.. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação da Cia., as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Cia. não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5). **2.24. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Cia., que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos são divulgados nas atividades de financiamentos. **2.26. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias. **2.27. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de vendas e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. b) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Cia. e suas controladas atuam. c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Cia. e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil. d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Cia. e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. De forma prospectiva, levando em consideração o histórico de perdas e uma avaliação individual adicional do risco de exposição dos seus clientes, a Administração utiliza um *rating* de consulta pública para mensurar a exposição dos mesmos visando obter a mais adequada avaliação do seu risco e consequentemente o registro de sua provisão. f) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível: A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. g) Provisão para participação nos lucros: Mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual. h) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. i) Provisão para reestruturação: Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da Cia.. **3. Novos pronunciamentos contábeis:** Exceto quanto aos impactos contábeis ocasionados pela adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não houve impacto significativo quanto a adoção das novas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 1º/01/19. Assim, as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas durante o preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/18. As principais alterações trazidas pela adoção do IFRS 16 estão discriminadas a seguir: A norma foi emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário

reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º/01/19, exige que os arrendatários façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). Transição para o CPC 06 (R2): A Cia. adotou o CPC 06 (R2) e o método retrospectivo modificado. A Cia. optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor, referentes a determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras, copiadoras etc.).

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/18	Ajustes IFRS 16	Saldo após ajustes 01/01/19	Divulgado 31/12/18	Ajustes IFRS 16	Saldo após ajustes 01/01/19
Ativo circulante	456.195	-	456.195	962.385	-	962.385
Ativo não circulante (1)	1.110.951	15.207	1.126.158	1.284.854	112.605	1.397.459
Total do ativo	1.567.146	15.207	1.582.353	2.247.239	112.605	2.359.844
Passivo circulante (2)	125.340	3.911	129.251	465.766	15.512	481.278
Passivo não circulante (2)	369.898	11.296	381.194	693.030	97.093	790.123
Patrimônio líquido	1.071.908	-	1.071.908	1.088.443	-	1.088.443
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.567.146	15.207	1.582.353	2.247.239	112.605	2.359.844

(1) Registrados na rubrica de "Imobilizado". Para mais detalhes, vide Nota 11. (2) Registrado na rubrica de "Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar". Para mais detalhes, vide Nota 12. **3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da referida norma e nem tampouco nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a Cia. considera tratamentos tributários incertos separadamente. • As suposições que a Cia. faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a Cia. determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a Cia. considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Cia. deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º/01/19, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Cia. adotou a interpretação a partir de 1º/01/19 data que entrou em vigor. Na avaliação da Administração da Cia., não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais. **3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações do CPC15 (R1) Definições de negócios Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, o Grupo não será afetado por essas alterações na data de transição. Alterações do CPC26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixas e bancos	6.370	10.549	50.101	63.314
Equivalentes de caixa	200.017	188.428	268.421	248.257
Caixa e equivalentes de caixa	206.387	198.977	318.522	311.571
Títulos e valores mobiliários	3.115	1.830	3.115	1.830
	209.502	200.807	321.637	313.401
Total circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	206.387	198.977	318.522	311.571
Total não circulante				
Títulos e valores mobiliários	3.115	1.830	3.115	1.830

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa da Cia. e de suas controladas compreendem, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (DI). A remuneração média dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de 95,3% a.a. do DI no exercício findo em 31/12/19 (95,7% a.a. do DI no exercício findo em 31/12/18). Os títulos e valores mobiliários são ativos financeiros denominados como cotas de fundo de investimento ("Fundo Criatec III"). O Fundo Criatec III é um Fundo de Investimento em Participações ("FIP") com a finalidade de capitalizar as micro e pequenas empresas inovadoras. Este ativo financeiro é mensurado e contabilizado com base no seu valor justo e, por esse motivo, o ganho ou perda resultante da modificação valor justo das cotas que a Cia. possui é registrada no resultado do exercício no momento em que elas ocorrem.

5. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	156.891	163.531	447.940	421.314
Provisão para perdas sobre créditos	(1.501)	(2.808)	(40.823)	(37.776)
Total	155.390	160.723	407.117	383.538
Total circulante	143.872	147.494	395.523	367.982
Total não circulante	11.518	13.229	11.594	15.556

Em 31/12/19, a Cia. possuía saldos de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, controladora e consolidado, que compreendem um valor a receber de um cliente específico, no montante de R$6.279 (R$6.279 em 31/12/18) devido a retenções promovidas, unilateralmente, no âmbito dos contratos firmados entre as partes e o montante de R$5.239 (R$6.950 em 31 de dezembro de 2018) referente a um cliente em fase de recuperação judicial que a Administração conclui como sendo provável o recebimento desses valores no contexto do plano de recuperação judicial aprovado deste cliente específico. Além desses valores, a Cia. possuía, no consolidado, R$76 referente a saldos a receber da controlada indireta Valid Certificadora, de contratos de credenciamento de autoridade de registros, com vencimento superior a um ano, trazidos a valor presente com base no IGP-M (R$2.327 em 31/12/18). Em 31/12/19 e 2018, a composição do saldo de contas a receber, por prazo de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	90.304	97.040	232.870	225.543
Vencidos				
Até 30 dias	32.201	23.903	77.103	64.541
De 31 a 90 dias	17.402	26.384	40.626	56.115
De 91 a 120 dias	1.927	500	3.128	5.735
De 121 a 180 dias	264	367	6.575	6.112
De 181 a 365 dias	718	538	17.433	6.717
Acima 365 dias	14.075	14.799	70.205	56.551
Total vencidos	66.587	66.491	215.070	195.771
Total	156.891	163.531	447.940	421.314

Em 31/12/19, parte do saldo consolidado vencido no montante de R$110.524 é proveniente das controladas estrangeiras situadas na Espanha, EUA, Argentina, Dinamarca, México, Colômbia e Uruguai (R$92.508 em 31/12/18) e, portanto, sujeitas à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas funcionais dessas controladas. A Cia. analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e utiliza inicialmente como premissa o histórico de recebimentos e negociações desses clientes a fim de cobrir possíveis riscos. Adicionalmente, a provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa também é calculada considerando aspectos qualitativos para considerar a perda estimada para os próximos 12 meses e ou por toda vida útil do ativo dependendo do risco na data de reporte, esses aspectos levam em consideração o histórico de perdas e uma avaliação individual adicional do risco de créditos dos seus clientes divulgados pelas agências de classificação de risco atrelado a cada país e/ou região que o as Cia.s do grupo operam. A Administração utiliza um *rating* de consulta pública divulgado pelas agências de classificação de crédito para mensurar a exposição dos seus clientes visando obter a mais adequada avaliação do seu risco e consequentemente o registro de sua provisão, independentemente de os saldos estarem vencidos ou não. A Administração da Cia. e de suas controladas entende que os montantes provisionados em 31/12/19 e 2018 são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Em 31/12/19, a controlada Interprint apresentava saldo de R$23.859 vencido há mais de 90 dias, sobre o qual foi constituída provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$1.660. Em 31/12/19, a controlada Valid Espanha apresentava saldo de R$27.762 vencido há mais de 90 dias, sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$24.136. Em 31/12/19, a controlada Valid Certificadora apresentava saldo de R$10.711 vencido há mais de 90 dias, sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$8.146. Em 31/12/19, a Cia. possuía saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de R$16.984 na controladora e R$97.341 no consolidado (R$16.204 e R$75.115 em 31/12/18, respectivamente), sendo que desse montante os saldos sem provisão para perda sobre créditos constituída eram de R$15.483 na controladora e R$56.518 no consolidado (R$13.396 e R$37.339 em 31/12/18, respectivamente). A seguir, estão apresentados, por localidade, os principais saldos e o correspondente embasamento da Administração da Cia. para a não constituição de referida provisão: Brasil: • Em 31/12/19, a Cia. possuía saldo de contas a receber, em aberto há mais de 365 dias, classificados no ativo não circulante, na controladora e no consolidado, de R$6.279 (R$6.279 em 31/12/18) referentes a serviços prestados e não recebidos até essa data, devido a retenções promovidas, unilateralmente, por um cliente da Cia. no âmbito dos contratos firmados entre as partes. A fim de reaver os valores bloqueados, a Cia. ingressou com duas ações e, em outubro de 2016, foi proferida decisão judicial de primeira instância favorável em um dos processos movidos contra o cliente. Diante desse cenário e com base no suporte dos assessores legais externos que atuam no referido processo judicial, o entendimento é de que tais retenções são, de fato, ilegais e que a Cia. receberá os valores retidos em data futura, não havendo, nessa data, necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa. • Em 31/12/19, a Cia. apresentava um saldo a receber no montante de R$9.950, sendo desse montante R$5.412 em aberto há mais de 365 dias, tendo em vista que, dentro deste saldo, R$5.239 refere-se a um processo judicial classificado no ativo não circulante (R$11.373, sendo que deste montante R$6.950 em aberto há mais de 365 dias em 31/12/18), referente a um cliente que se encontra em fase de recuperação judicial. A Administração entende que os saldos em aberto são realizáveis, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa (de forma individualizada), uma vez que o plano de recuperação judicial apresentado aos credores e devidamente aprovado contempla os valores que a Cia. possui registrado em suas contas a receber e o cliente continua honrando outros compromissos mantidos com a Cia.. A Cia. aguarda o recebimento dos valores incluídos na lista de credores do cliente e, é importante mencionar que o respectivo cliente faz parte da base de cálculo da provisão geral que considera o risco de não recebimento prospectivo a cada final de período de reporte. • Em 31/12/19, dois clientes da controlada Interprint possuíam um saldo a receber em aberto há mais de 90 dias no montante de R$22.168 (R$10.812 em 31/12/18) e reconhecem a obrigação no montante informado anteriormente junto à Cia.. A Administração entende que os saldos em aberto são realizáveis ao longo de 2020, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa de forma individualizada e, é importante mencionar que o respectivo cliente faz parte da base de cálculo da provisão geral que considera o risco de não recebimento prospectivo a cada final de período de reporte. **6. Tributos:** a) Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IR e CSLL a recuperar (1)	12.650	6.226	22.506	10.880
IR a recuperar referente ao Plano Verão (2)	-	31.083	-	31.083
ICMS a Recuperar	619	758	46.021	49.055
IPI a Recuperar (3)	28.184	24.085	28.757	24.849
Impostos federais retidos por clientes	-	-	2.415	559
INSS a recuperar	242	647	242	647
Outros	227	43	1.515	143
Total Impostos a recuperar	41.922	62.842	101.456	117.216
Total Circulante	20.776	42.120	79.983	95.842
Total Não Circulante	21.146	20.722	21.473	21.374

(1) Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, ao imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas. (2) A Cia. obteve êxito em outubro de 2018, com o trânsito e julgado e a homologação do crédito tributário, de sua contestação judicial das obrigações relativas ao efeito de diferenças de correção monetária de balanço do ano de 1989 ("Plano Verão") no cálculo do imposto de renda e contribuição social. A Cia. estimou, que o referido crédito, atualizado pelos índices de correção monetária reconhecidos pelos tribunais, corresponde a aproximadamente R$31.083 (contabilizados como impostos a recuperar no ativo da Cia. e no resultado segregados entre R$7.388 de redução de imposto de renda do ano de 2018 e R$23.695 de receita financeira relativo a atualização monetária do crédito apurado), antes dos tributos incidentes, cujo impacto no lucro líquido estima-se em aproximadamente R$21.935. (3) O saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, se refere a créditos que a Cia. tem expectativa de realizar através de compensação com outros tributos federais ou pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31/12/19, a Cia. concluiu o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R$21.146 e aguarda posição do órgão federal. Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos (ativo e passivo) e suas movimentações estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	2018	Resultado IR/CSLL diferidos	2019
Ajuste a valor presente	-	446	446
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	210	210
Comissões a pagar	567	249	816
Honorários advocatícios	872	(159)	713
Prejuízo fiscal	17.042	(3.428)	13.614
Provisões com contingências	4.094	326	4.420
Provisões de frete	-	107	107
Provisões devedores duvidosos	708	(444)	264
Provisões para obsolescência de equipamentos	1.449	(1.076)	373
Provisões para PLR	5.029	(2.431)	2.598
Provisões royalties	384	272	656
Outras adições temporárias	1.180	699	1.879
Total de Impostos diferidos ativos	31.325	(5.229)	26.096

		Consolidado			
		2018	Resultado IR/CSLL diferidos	Variação cambial/ correção monetária	2019
Ajuste a valor presente		383	72	-	455
Aluguel de máquinas e equipamentos		-	210	-	210
Aluguel diferido		1.124	(1.144)	20	-
Comissões a pagar		1.577	(188)	-	1.389
Custo de transição na aquisição de empresas		1.786	(193)	68	1.661
Despesas financeiras com empréstimos	(2)	1.205	2.931	112	4.248
Honorários advocatícios		872	133	6	1.011
Prejuízo fiscal		48.184	4.192	984	53.360
Provisões com contingências		4.754	450	(31)	5.173
Provisões de despesas		-	684	-	684
Provisões de férias		-	179	-	179
Provisões de frete		37	70	-	107
Provisões devedores duvidosos		2.407	655	3	3.065
Provisões para obsolescência de equipamentos		2.647	(1.328)	(78)	1.241
Provisões para PLR		5.419	(2.384)	9	3.044
Provisões para reestruturação	(1)	1.899	(742)	60	1.217
Provisões royalties		384	272	-	656
Outras adições temporárias		7.182	1.291	(491)	7.982
UNICAP USA		-	1.469	43	1.512
Instrumentos Financeiros (*Hedge*)		4.972	1.519	142	6.633
Receita Diferida USA		-	2.821	61	2.882
Total de Impostos diferidos ativos		84.832	10.969	908	96.709
Amortização fiscal do ágio dedutível		(43.904)	(4.231)	(302)	(48.437)
Diferença depreciação CPC 27	(3)	(6.600)	11.094	(16)	4.478
Ajuste por inflação Valid Argentina		(2.118)	(1.200)	968	(2.350)
Total de Impostos diferidos passivos		(52.622)	5.663	650	(46.309)
Total impostos diferidos		32.210	16.632	1.558	50.400

(1) Refere-se à constituição do imposto diferido ativo na reestruturação de plantas fabris nos Estados Unidos, conforme comentado na Nota 24. (2) Refere-se à constituição de imposto de renda diferidos ativo na controlada Valid USA sobre as despesas com juros da dívida devido à indedutibilidade temporal por conta da regra de "*thin capitalization*" determinada pela legislação americana. Tais despesas de juros podem ser utilizadas no futuro. (3) Refere-se à diferença do reconhecimento da despesa com depreciação pela capacidade de uso contra a vida útil fiscal. As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros. O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º/01/09. A Cia. constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária, conforme previsto pelo CPC 32 (IAS 12). Em 31/12/19 e 2018, a Cia. efetuou, para fins de apresentação em suas demonstrações financeiras, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes à mesma entidade jurídica da seguinte forma:

	2019				
	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total líquido	Total ativos fiscais	Total passivos fiscais
Valid	26.096	-	26.096	26.096	-
Interprint	966	(35.851)	(34.885)	-	(34.885)
Valid Certificadora	3.464	-	3.464	3.464	-
Nexitera	1.716	-	1.716	1.716	-
Valid Espanha	7.761	(221)	7.540	7.540	-
Valid USA Consolidado	52.110	(3.777)	48.333	48.333	-
Valid A/S Consolidado	915	(3.383)	(2.468)	-	(2.468)
Valid Argentina	3.299	(2.350)	949	949	-
Uram	-	(247)	(247)	-	(247)
Valid Uruguai	46	-	46	46	-
Valid Sucursal	143	-	143	143	-
Valid México	193	-	193	193	-
Valid Nigéria	-	(480)	(480)	-	(480)
Total	96.709	(46.309)	50.400	88.480	(38.080)

	2018				
	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total liquido	Total ativos fiscais	Total passivos fiscais
Valid	31.325	-	31.325	31.325	-
Interprint	1.438	(35.777)	(34.339)	-	(34.339)
Valid Certificadora	2.578	(947)	1.631	1.631	-
Valid Espanha	5.520	(451)	5.069	5.069	-
Valid USA Consolidado	42.658	(13.193)	29.465	29.465	-
Valid A/S Consolidado	314	(1.938)	(1.624)	-	(1.624)
Valid Argentina	-	(316)	(316)	-	(316)
Valid Uruguai	54	-	54	54	-
Valid Sucursal	419	-	419	419	-
Valid México	178	-	178	178	-
Valid Nigéria	348	-	348	348	-
Total	84.832	(52.622)	32.210	68.489	(36.279)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, suportados por orçamentos aprovados pela Administração da Cia.:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Exercício corrente + 1 ano	17.886	34.676
Exercício corrente + 2 anos	5.544	11.950
Exercício corrente + 3 anos	2.666	14.624
Exercício corrente + 4 anos	-	11.894
Exercício corrente + 5 anos	-	11.102
Exercício corrente + demais anos	-	12.463
Total	26.096	96.709

c) Impostos, taxas e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IR e CSLL a recolher	-	-	3.199	1.594
ICMS a recolher	734	585	1.313	775
ISS a recolher	2.547	2.963	10.756	7.252
COFINS a recolher	2.411	3.459	3.013	4.579
PIS a recolher	428	691	556	934
INSS retido de clientes	2.128	2.816	2.128	2.816
Outros	853	333	1.290	711
Total Impostos a recolher	9.101	10.847	22.255	18.661

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes IR/CSLL	67.329	106.785	69.824	126.433
Alíquota efetiva de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	22.892	36.307	23.740	42.987
Adições				
Lucro no exterior	4.576	389	4.788	549
Outras despesas	103	231	364	256
Opções de outorgas reconhecidas	753	965	753	965
IFRS16	1.877	-	2.003	-
Preço de Transferência	55	-	55	-
Juros sobre arrendamento no direito de uso	328	-	338	-
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	9.470	9.695
Exclusões				
Incentivos fiscais	(151)	(221)	(869)	(906)
Equivalência Patrimonial	2.691	(2.873)	(798)	910
Juros sobre capital próprio	(16.732)	(19.713)	(16.732)	(19.713)
Parcela isenta do adicional	(24)	-	(72)	-
Outras adições e exclusões líquidas	(840)	(501)	(1.724)	(549)
Receita de reconhecimento-diferimento IFRS15	-	-	(661)	-
Amortização de Ágio	(451)	(451)	(451)	(451)
Arrendamento sob o direito de uso IFRS16	(2.029)	-	(2.136)	-
Plano Verão	-	(7.388)	-	(7.388)
Diferença de alíquota lucro presumido	-	-	(1.985)	-
IR e CSLL debitadas ao resultado do exercício	13.048	6.745	16.083	26.355
Alíquota efetiva IR/CSLL	19,38%	6,32%	23,03%	20,85%
IR/CSLL corrente	7.819	3.376	32.715	29.909
IR/CSLL diferidos	5.229	3.369	(16.632)	(3.554)
Total IR/CSLL corrente e diferido	13.048	6.745	16.083	26.355

7. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima	59.818	34.639	152.527	86.813
Produtos em processo	21.541	15.807	48.104	27.954
Peças e materiais de reposição	3.781	3.276	4.672	3.916
Produtos para revenda	-	-	9.709	17.014
Provisão para perdas de estoques	-	-	(2.965)	(2.360)
	85.140	53.722	212.047	133.337
Adiantamentos a fornecedores	5.782	5.194	14.981	12.565
Total estoques	90.922	58.916	227.028	145.902

8. Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos judiciais trabalhistas	6.932	8.257	7.432	9.325
Depósitos judiciais tributários	13.684	13.328	17.627	18.312
Depósitos judiciais cíveis	11.263	10.870	11.376	10.979
Total depósitos judiciais	31.879	32.455	36.435	38.616

Os valores individualmente mais representativos, depositados judicialmente pela Cia., estão detalhados a seguir: • Em 29/05/12, a Cia. efetuou depósito judicial referente a um auto de infração de natureza tributária, no valor de R$7.009, referente a divergências identificadas no arquivo digital EFD (Escrituração Fiscal Digital) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, que possui probabilidade de perda classificada como possível (Nota 13, item b). Em 31/12/19, o depósito judicial possui o montante atualizado de R$11.478 (R$10.933 em 31/12/18). • Em 8/02/13, a Cia. efetuou depósito judicial no valor de R$6.646 referente a processo de natureza cível que possui expectativa de perda possível, e que tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL") e como objeto a obtenção da suspensão de exigibilidade de multa imposta à Cia. em processo administrativo por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido e possui probabilidade de perda classificada como possível (Nota 13, item b). Em 31/12/19, o depósito judicial possui o montante atualizado de R$10.976 (R$10.584 em 31/12/18). **9. Investimentos:** Informações contábeis: Em 31/12/19, as principais informações contábeis das empresas controladas diretamente e indiretamente estão demonstradas a seguir:

		2019			
Controladas (1)		Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido (2)
Valid Par		701	39	662	(132)
Valid Argentina (3)	(3)	43.763	28.560	15.203	(7.031)
Valid Sucursal		25.412	17.333	8.079	3.226
Blu Pay		4.207	2.211	1.996	(244)
Interprint		289.720	50.349	239.371	40.117
Valid Certificadora		45.820	8.034	37.786	5.125
Valid México		31.059	23.846	7.213	(143)
Valid Uruguai		1.679	470	1.209	212
Inemator		261	39	222	10
Uram		3.386	822	2.564	976
Tress		11.096	2.254	8.842	6.961
Nexitera (4)	(4)	9.462	7.151	2.311	(2.622)
Valid Espanha		893.469	407.372	486.097	(44.207)
Valid Beijing		1.686	1.920	(234)	(3.500)
Valid Nigéria		17.902	10.176	7.726	2.391
Valid USA Consolidado (5)	(5)	584.607	309.763	274.844	(50.649)
Valid A/S Consolidado		235.616	104.024	131.592	18.445

(1) Considera 100% dos saldos das controladas, independentemente do percentual de participação detido pela Valid nessas empresas. (2) Estão apresentados os resultados auferidos pelas controladas no exercício findo em 31/12/19. (3) A controlada Interprint detém 1,7% de participação da Valid Argentina. (4) A controlada Interprint detém 56,8% de participação da Nexitera. (5) Considera os ativos, passivos e resultados das controladas Valid ID, VSP e MSC. Movimentação dos investimentos: A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31/12/19 está demonstrada a seguir:

	Controladora							
Investimentos	2018	Adição	Equivalência Patrimonial	Dividendos Deliberados	IAS 29	Impairment	Variação cambial e reserva reflexa	2019
Controladas								
Valid Par	794	-	(132)	-	-	-	-	662
Valid Argentina	18.594	2.849	(6.794)	-	8.187	(812)	(7.089)	14.935
Valid Sucursal	4.725	-	3.226	-	-	-	128	8.079
Blu Pay	-	1.143	(125)	-	-	-	-	1.018
Interprint	218.935	-	40.117	(20.000)	651	(14)	(318)	239.371
Valid Espanha	510.773	-	(44.207)	-	-	-	19.531	486.097
Total Investimento	753.821	3.992	(7.915)	(20.000)	8.838	(826)	12.252	750.162
Ágio								
Valid Argentina	1.529	-	-	-	-	-	(529)	1.000
Blu Pay	-	22.657	-	-	-	-	-	22.657
Valid Espanha	54.614	-	-	-	-	-	1.126	55.740
Total Ágio	56.143	22.657	-	-	-	-	597	79.397
Total	809.964	26.649	(7.915)	(20.000)	8.838	(826)	12.849	829.559

	Consolidado				
Investimentos	2018	Equivalência Patrimonial	Variação cambial e reserva reflexa	Transferência	2019
Controladas					
Cubic	2.391	2.642	(17)	-	5.016
VCMC	3.094	(296)	162	(1.474)	1.486
Total Investimento	5.485	2.346	145	(1.474)	6.502
Ágio					
Cubic	37.324	-	769	-	38.093
Total Ágio	37.324	-	769	-	38.093
Total	42.809	2.346	914	(1.474)	44.595

Os eventos societários relacionados aos investimentos da Cia. e suas controladas, ocorridos no exercício findo em 31/12/19, estão detalhados a seguir:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R$
Valid Beijing (a)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 200 mil	806
Valid Beijing (a)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 500 mil	1.997
Nexitera (b)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$ 2.349 mil	2.349
Valid Argentina (c)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 700 mil	2.849
Valid Nigéria (d)	Alienação de participação	Reunião dos sócios	US$ 455 mil	1.837
BluPay (e)	Aquisição da BluPay	Reunião dos sócios	R$ 3.900 mil	3.900
Nexitera (b)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	R$ 500 mil	500

(a) Aumento de capital na Valid Beijing: Em 28/06/19, a Controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$200 mil (equivalentes a R$806 na data da capitalização). Em 16/08/19, a Controlada Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Beijing no montante de US$500 mil (equivalentes a R$1.997 na data da capitalização). (b) Aumento de capital na Nexitera: Em 29/04/19, a Controlada Interprint realizou o aumento de capital na Nexitera no montante de R$2.349 mil. Em 26/12/19, a Controlada Interprint realizou o aumento de capital na Nexitera no montante de R$500 mil. (c) Aumento de capital na Valid Argentina: Em 13/09/19, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Argentina no montante de US$700 mil (equivalentes a R$2.849 na data da capitalização). (d) Alienação da participação na Valid Nigéria: Em 25/05/19, a Controlada Vald Espanha realizou a venda de 30% da participação da Valid Nigéria pelo montante de US$455 mil (equivalente a R$1.837), sendo reconhecida uma perda de R$ 84. (e) Aquisição da Blu Pay: Em reunião realizada em 16/12/19, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 51,0% do capital social da empresa BluPay Tecnologia de Dados S/A, ("Blu Pay") através da Controladora Valid Soluções S.A.. A Blu Pay é uma empresa situada em São Paulo, Brasil, especializada em transações financeiras baseadas em tecnologia blockchain, que garante a rastreabilidade, privacidade e irretratabilidade das transações realizadas entres as partes de forma imediata e confiável. Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de R$ 22.657. A empresa está realizando a elaboração do laudo de avaliação para mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da transação. Os ativos e passivos levantados na data da transação estão demonstrados a seguir:

	16/12/19
Ativo	
Circulante	3.251
Caixa e equivalentes de caixa	(50)
Contas a receber	2.500
Outras contas a receber	801
Não circulante	1.163
Outras contas a receber	7
Intangível	1.156
Passivo	
Circulante	132
Fornecedores	1
Empréstimos	77
Impostos a recolher	49
Outras contas a pagar	5
Não circulante	2.041
Empréstimos	2.041
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa Blu Pay	2.241
(-) Percentual do patrimônio líquido adquirido pela Valid S.A. (51,0%)	1.143
(-) Mútuo concedido pela controladora	2.000
(+) Valor efetivamente pago	25.800
Ágio de expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição	22.657
(=) Preço de compra	25.800
(+) Valor da transação a pagar (*)	9.700
(+) Earn out a pagar (*)	10.200
(+) Valor da transação a pagar mediante aporte de capital	2.000
(+) Preço de compra da Blu Pay liquidado em caixa	1.900
(+) Mútuo concedido pela controladora	2.000
Valor da aquisição	25.800
Valor da transação a pagar	(9.700)
Earn out a pagar	(10.200)
Mútuo concedido pela controladora	(2.000)
Valor a pagar mediante aporte de capital	(2.000)
Caixa adquirido na aquisição	50
Caixa pago pela aquisição da Blu Pay, líquido de caixa adquirido	1.950

(*) Valores sujeitos ao atingimento de condições contratuais

Em adição aos eventos acima destacados ocorridos no exercício findo em 31/12/19, destacamos os eventos societários a seguir, ocorridos no exercício findo em 31/12/18, que impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas informações contábeis:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R$ mil
Valid Argentina (a)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 250 mil	814
Valid Argentina (a)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 410 mil	1.458
Valid Beijing (b)	Constituição da empresa	Reunião dos sócios	US$ 840 mil	2.431
Valid Nigéria (c)	Constituição da empresa	Reunião dos sócios	US$ 625 mil	2.335
Valid Nigéria (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 455 mil	1.525
Valid Nigéria (d)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 437 mil	1.650
Sucursal Colômbia (e)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 300 mil	1.121
Valid USA (f)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 2.000 mil	7.712
Interprint (g)	Aquisição da Tress	Reunião do Conselho de Administração	R$ 691 mil	691
Interprint (h)	Aquisição da Nexitera	Reunião do Conselho de Administração	R$ 6.402 mil	6.402
Interprint (i)	Pagamento de dividendos	Reunião dos sócios	R$ 15.000 mil	15.000
Valid Espanha (j)	Aumento de capital	Reunião dos sócios	US$ 5.000 mil	18.793
BCT (k)	Aquisição da BCT	Reunião dos sócios	US$ 10.571 mil	40.961

(a) Aumento de capital na Valid Argentina: Em 6/02/18, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Argentina no valor de US$250 mil (equivalentes a R$814 na data da capitalização). Em 10/05/18, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Argentina no valor de US$410 mil (equivalentes a R$1.458 na data da capitalização). (b) Constituição da Valid Beijing: Em março de 2018, a subsidiária Valid Espanha constituiu a empresa Valid Beijing pelo montante de US$840 mil (equivalentes a R$2.431, sendo injetado o capital em duas datas distintas: US$500mil injetados em março de 2018 e US$340mil em outubro de 2018), com sede na cidade de Pequim, China. Essa empresa atuará como um *bureau* comercial visando à expansão dos negócios na Ásia. (c) Constituição da Valid Nigéria: Em maio de 2018, a subsidiária Valid Espanha constituiu a empresa Valid Nigéria pelo montante de US$625 mil (equivalentes a R$2.335 na data da constituição), com sede na cidade de Lagos, Nigéria. Essa empresa atuará como um bureau comercial visando à expansão dos negócios neste país. (d) Aumento de capital na Valid Nigéria: Em 16/05/18, a subsidiária Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Nigéria no valor de US$455 mil (equivalentes a R$1.525 na data da capitalização). Em 25/05/18, a subsidiária Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid Nigéria (Através de Máquinas e equipamentos) no valor de US$437 mil (equivalentes a R$1.650 na data da capitalização). (e) Aumento de capital na Sucursal Colômbia: Em 30/05/18, a Controladora realizou o aumento de capital na Sucursal Colômbia no valor de US$300 mil (equivalentes a R$1.121 na data da capitalização). (f) Aumento de capital na Valid USA: Em 29/06/18, a Subsidiária Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de US$2.000 mil (equivalentes a R$7.712 na data da capitalização). (g) Aquisição da Tress: Em reunião realizada em 10/07/18, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 100% do capital social da empresa Tress Impressos de Segurança Ltda. ("Tress") através da subsidiária Interprint. A Tress é uma empresa situada em São Paulo, Brasil, e atua no segmento de impressão de segurança, emitindo principalmente, documentos públicos oficiais, diplomas, carteiras de habilitação, selos de órgãos públicos, Registros Gerais ("RGs"), entre outros. Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de R$2.835. O valor justo dos ativos e passivos levantados na data da transação está demonstrado a seguir:

	10/07/18
Ativo	
Circulante	441
Caixa e equivalentes de caixa	6
Contas a receber	435
Não circulante	1.387
Imobilizado	1.387
Passivo	
Circulante	1.701
Fornecedores	599
Salários e encargos	42
Empréstimos	588
Impostos a recolher	472
Não circulante	2.439
Mútuo a pagar	2.439
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa Tress	(2.312)
Valor efetivamente pago	(691)
Mais-valia de ativos imobilizado (1)	168
Ágio de expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição	2.835
Valor pago na aquisição	(691)
Caixa adquirido na aquisição	6
Caixa pago pela aquisição da Tress, líquido de caixa adquirido	(685)

(1) A mais-valia de ativos refere-se ao ajuste a valor justo do imobilizado da Tress na data da transação. Os itens possuem vida útil definida remanescente estimada em 15 anos. As receitas e o resultado do período do negócio adquirido que foram considerados no resultado consolidado da Cia. e suas investidas a partir da data de obtenção do controle até 31/12/18, estão demonstrados a seguir:

	Tress 10/07/18 a 31/12/18
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	1.672
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.814)
Resultado bruto	(142)
Despesas com vendas	(420)
Outras receitas operacionais líquidas	21
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(541)
Resultado financeiro	(66)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(50)
Prejuízo do período	(657)

Caso a aquisição do negócio tivesse ocorrido em 1º/01/18, as receitas e o resultado líquido consolidado da Cia. referente ao exercício findo em 31/12/18 seria acrescido em R$3.512 e reduzido de R$1.134, respectivamente, e consequentemente, a Cia. atingiria uma receita líquida consolidada de R$1.875.819 e um lucro líquido consolidado de R$99.601 no referido exercício. (h) Aquisição da Nexitera: Em reunião realizada em 16/10/18, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 51,8% do capital social da empresa Nexitera Consultoria e Soluções em TI Ltda. ("Nexitera") através da subsidiária Interprint. A Nexitera é uma empresa situada no Paraná, Brasil, focada em soluções corporativas para a área de agronegócio. Com a operação, a agritech se torna uma linha de negócios da Valid especializada em soluções inovadoras para toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária. Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de R$2.184. O valor justo dos ativos e passivos levantados na data da transação está demonstrado a seguir:

	16/10/18
Ativo	
Circulante	51
Caixa e equivalentes de caixa	3
Contas a receber	48
Não circulante	26
Imobilizado	25
Intangível	1
Passivo	
Circulante	238
Salários e encargos	22
Empréstimos	96
Impostos a recolher	120
Não circulante	783
Provisões	783
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa Nexitera	(944)
Aumento de capital com diluição de participação	5.902
Patrimônio líquido após aumento de capital	4.958
Percentual do patrimônio líquido adquirido pela Interprint (51,8%)	2.568
Valor efetivamente pago	6.402
Mais-valia software - Fazenda Digital (1)	(1.377)
Mais-valia software - Armazém Digital (1)	(273)
Ágio de expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição	2.184
Valor pago na aquisição	3.454
Caixa adquirido na aquisição	(3)
Caixa pago pela aquisição da Nexitera, líquido de caixa adquirido	3.451

(1) O mais-valia, de software, adquirido na operação, possui vida útil definida remanescente estimada em cinco anos. As receitas e o resultado do período do negócio adquirido que foram considerados no resultado consolidado da Cia. e suas investidas a partir da data de obtenção do controle até 31/12/18, estão demonstrados a seguir (em milhares de reais):

	Nexitera 16/10/18 a 31/12/18
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	156
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-
Resultado bruto	156
Despesas com vendas	(646)
Despesas gerais e administrativas	(54)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(544)
Resultado financeiro	26
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7)
Prejuízo do período	(525)

Caso a aquisição do negócio tivesse ocorrido em 1º/01/18, as receitas e o resultado líquido consolidado da Cia. referente ao exercício findo em 31/12/18 seria acrescido em R$1.587 e reduzido de R$518, respectivamente, e consequentemente, a Cia. atingiria uma receita líquida consolidada de R$1.875.411 e um lucro líquido consolidado de R$100.086 no referido exercício. (i) Pagamento de dividendos na Interprint: Em 11/12/18, a controlada Interprint efetuou pagamento de dividendos para a Cia. no valor de R$15.000 referente ao resultado gerado no período de seis meses findos em 30/06/18. (j) Aumento de capital na Valid Espanha: Em 8/11/18, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Espanha no valor de US$5.000 mil (equivalentes a R$18.793 na data da capitalização). (k) Aquisição da BCT: Em 19/12/18, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 20% do capital social da empresa Beautiful Card Technology "BCT" através da subsidiária Valid Espanha. A "BCT" é uma empresa situada em Suzhou, China, com foco na fabricação de produtos de telecomunicações. Com a aquisição, a estratégia da Cia. é reduzir os custos na fabricação de *SimCard* e estar preparada para a transição do *SimCard* tradicional para o Sim eUICC (Sim embutido), fornecendo o produto e o sistema operacional. O valor justo dos ativos e passivos levantados na data da transação está demonstrado a seguir:

	2018
Ativo	71.509
Passivo	56.039
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa BCT	15.470
20% da empresa BCT	3.094
Valor efetivamente pago	40.961
Mais-valia gerado na aquisição (1)	37.867
Valor pago na aquisição	40.961
Caixa adquirido na aquisição	-
Caixa pago pela aquisição da BCT, líquido de caixa adquirido	40.961

(1) A mais-valia, de direitos adquiridos de *software*, adquirido na operação, possui vida útil definida remanescente estimada em 10 anos. **10. Intangível:** A movimentação dos saldos do intangível, para o exercício findo em 31/12/19, está demonstrada como segue:

	Controladora				
	2018	Adição	Baixa	Amortização	2019
Vida útil definida					
Software	25.528	6.343	(120)	(7.379)	24.372
Vida Útil Definida	25.528	6.343	(120)	(7.379)	24.372
Vida útil indefinida		-	-	-	
Ágios					
Trust	3.647	-	-	-	3.647
Vida Útil Indefinida	3.647	-	-	-	3.647
Total Intangível	29.175	6.343	(120)	(7.379)	28.019

	Consolidado								
	31/12/18	Aquisição Controlada	Adição	Baixa	Amortização	Impairment	Variação cambial	Transferência	31/12/19
Vida útil definida									
Software	177.681	1.155	52.567	(2.381)	(39.577)	-	4.361	7.900	201.706
Carteira de clientes	71.179	-	-	-	(8.232)	-	2.680	(1)	65.626
Marcas e patentes	1.738	-	-	(1)	(592)	-	56	-	1.201
Licença certificação digital	76	-	-	-	(10)	-	-	-	66
Adiantamento a fornecedores	75	-	-	-	-	-	-	(75)	-
Impairment	-	-	-	-	-	(5.716)	110	-	(5.606)
Total Vida Útil Definida	250.749	1.155	52.567	(2.382)	(48.411)	(5.716)	7.207	7.824	262.993
Vida útil indefinida	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marcas e patentes	14.337	-	-	-	-	-	577	-	14.914
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	-	-	500
Ágios									
Trust	3.647	-	-	-	-	-	-	-	3.647
Argentina	1.610	-	-	-	-	-	(557)	-	1.053
Interprint	103.793	-	-	-	-	-	-	-	103.793
Inemator	375	-	-	-	-	-	(35)	-	340
Uram	448	-	-	-	-	-	(155)	-	293
Tress	2.835	-	-	-	-	-	-	-	2.835
Nexitera	2.184	-	667	-	-	-	-	-	2.851
Espanha	54.614	-	-	-	-	-	1.125	-	55.739
Valid USA	108.287	-	-	-	-	(4.117)	4.434	-	108.604
Valid A/S	184.545	-	-	-	-	-	7.425	-	191.970
Blu Pay	-	22.657	-	-	-	-	-	-	22.657
Total Vida Útil Indefinida	477.175	22.657	667	-	-	(4.117)	12.814	-	509.196
Total Intangível	727.924	23.812	53.234	(2.382)	(48.411)	(9.833)	20.021	7.824	772.189

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31/12/18, está demonstrada como segue:

	Controladora				
	2017	Adição	Baixa	Amortização	2018
Vida útil definida					
Software	20.701	10.510	(38)	(5.645)	25.528
Vida Útil Definida	20.701	10.510	(38)	(5.645)	25.528
Vida útil indefinida	-	-	-	-	
Ágios		-	-	-	-
Trust	3.647	-	-	-	3.647
Vida Útil Indefinida	3.647	-	-	-	3.647
Total Intangível	24.348	10.510	(38)	(5.645)	29.175

	Consolidado							
	2017	Aquisição Controlada	Adição	Baixa	Amortização	Variação cambial	Transferência	2018
Vida útil definida								
Software	125.202	41.052	34.729	(530)	(37.757)	14.631	354	177.681
Carteira de clientes	67.507	-	-	-	(7.528)	11.200	-	71.179
Marcas e patentes	1.980	1	-	-	(549)	306	-	1.738
Licença certificação digital	86	-	-	-	(10)	-	-	76
Adiantamento a fornecedores	-	-	429	-	-	-	(354)	75
Total Vida Útil Definida	194.775	41.053	35.158	(530)	(45.844)	26.137	-	250.749
Vida útil indefinida	-	-	-	-	-	-	-	
Marcas e patentes	12.240	-	-	-	-	2.097	-	14.337
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	-	500
Ágios								
Trust	3.647	-	-	-	-	-	-	3.647
Argentina	2.745	-	-	-	-	(1.134)	-	1.611
Interprint	103.792	-	-	-	-	-	-	103.792
Inemator	360	-	-	-	-	15	-	375
Uram	764	-	-	-	-	(316)	-	448
Tress	-	-	2.835	-	-	-	-	2.835
Nexitera	-	-	2.184	-	-	-	-	2.184
Espanha	48.835	-	-	-	-	5.779	-	54.614
Valid USA	92.446	-	-	-	-	15.841	-	108.287
Valid A/S	157.550	-	-	-	-	26.995	-	184.545
Total Vida Útil Indefinida	422.879	-	5.019	-	-	49.277	-	477.175
Total Intangível	617.654	41.053	40.177	(530)	(45.844)	75.414	-	727.924

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados, principalmente, por carteira de clientes, direitos de utilização de software, sendo amortizados às taxas médias de 11,4% e 27,7% ao ano, respectivamente, com base nas vidas úteis estimadas ou prazos de licença (aplicável para direitos de utilização de software); licença de certificação digital e marcas e patentes sendo amortizados à taxa média de 20% e 7% ao ano, respectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida referem-se, principalmente, aos ágios gerados nas aquisições de controladas. Em 31/12/19, a Cia. registrou uma provisão por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados no valor de R$9.833. Esta provisão foi representada pela redução no valor contábil de determinados itens do ativo intangível com vida útil definida, basicamente, sobre a mais valia de carteira de clientes no montante de R$4.087 e R$1.629 foi inerente aos softwares a seu respectivo valor recuperável. Ao passo que, para os ativos de vida útil indefinida foi identificado que devido as condições atuais de mercado alinhado com o processo de consolidação das plantas indicou uma perda por redução ao valor recuperável do ágio da Valid Secure Packaging no montante de R$4.117 (equivalentes a US$ 1.002). Os efeitos dessa provisão foram refletidos no segmento de meios de pagamentos e no grupo contábil de outras despesas operacionais no resultado do exercício. A provisão por redução ao valor recuperável no valor de R$9.833 foi baseado no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos da controlada Valid Secure Packaging, localizada nos Estados Unidos. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 9,7% antes dos impostos. Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez por ano, a Cia. realiza o teste do valor recuperável dos ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura através da avaliação do valor em uso, em que os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da "Unidade Geradora de Caixa ("UGC" ou "UGCs")". O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 (CPC 22). A Cia. não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou quando ele afetará o valor informado dos ativos. A Cia. e suas controladas acreditam que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Cia. e suas controladas diretas ou indiretas e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves, sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Cia. e suas controladas. O mesmo é preparado por país e/ou negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação do grupo, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos do grupo; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos cinco anos, com base nos resultados esperados pelo grupo com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de cinco anos ou mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Cia. e de suas controladas. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CPMC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela a seguir. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Cia., tendo como base o risco país de cada investida, determinado pela Administração local e Brasil, em conjunto.

	UGC (localidade)	Taxa média de crescimento	Taxa de desconto (1)	Taxa de crescimento na perpetuidade	Ativos líquidos em 31/12/19
Trust Selos	Brasil	9%	14%	3%	R$17.821
Interprint	Brasil	1%	14%	3%	R$174.107
Tress	Brasil	2%	14%	2%	R$6.873
Nexitera	Brasil	13%	14%	2%	R$9.899
Valid Argentina	Argentina	21%	28%	1%	ARS$284.557
Valid EMEAA	EMEAA	10%	7,6%	3%	US$124.682
Screencheck	EUA	23%	9,8%	4%	US$16.221
MSC	EUA	12%	9,1%	3%	US$34.895

(1) Pelos critérios constantes no IAS 36 (CPC 01 (R1)), a taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Adicionalmente, a taxa de desconto também precisa refletir os riscos específicos do ativo e o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo de ocorrência e perfil de risco equivalentes àqueles que uma entidade espera que advenham do ativo em questão. A taxa de desconto deve ser estimada a partir de taxas implícitas em transações correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de Cia. aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob revisão. Entretanto, a taxa de desconto (ou taxas) utilizada para mensurar o valor em uso do ativo não deve refletir os riscos para os quais os fluxos de caixa futuros estimados tenham sido ajustados. De outro modo, o efeito de algumas premissas será levado em consideração em duplicidade. Por fim, quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado, a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto. Nesse sentido, a Administração da Cia. utilizou a metodologia de custo médio ponderado do capital ("WACC" sigla em inglês) para determinar a taxa de desconto (antes dos impostos) do fluxo de caixa projetado de cada unidade geradora de caixa acima descrita. Essa taxa indica o nível de atratividade mínima do investimento, ou seja, na prática ela considera o retorno que a Cia. espera ter nos investimentos. Os indicadores utilizados pela Administração da Cia. na determinação das taxas de desconto para cada unidade geradora de caixa estão descritos seguir: • Taxa livre de risco: foi determinado utilizando o rendimento dos títulos públicos atrelados aos países em que as operações estão localizadas. • Beta desalavancado: determinado utilizando a média do Beta desalavancado de empresas similares no mercado. • Risco de tamanho: determinado utilizando as características da operação e a maturidade da unidade geradora de caixa. • Risco do mercado: determinado utilizando as características operacionais de cada empresa (segmento), tais como: mercado de atuação, capacidade de conquista de novos clientes, características da demanda de serviços e vendas de produtos etc. Após as análises efetuadas pela Administração da Cia., exceto para a unidade geradora Valid Secure Package, concluiu que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das demais unidades geradoras de caixa, não havendo necessidade de outros reconhecimentos, em 31/12/2019, de provisão para perda a valor recuperável.

11. Imobilizado:

		Controladora					
Custo		2018	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	Transferência	2019
Terrenos		3.886	-	(154)	-	-	3.732
Edificações		84.253	1.833	(765)	-	9.183	94.504
Máquinas e equipamentos		195.531	6.453	(4.781)	266	44.611	242.080
Leasing (1)	(1)	40.837	-	-	-	(19.445)	21.392
Móveis e utensílios		15.571	2.085	(27)	-	1.361	18.990
Veículos		1.090	-	(268)	-	-	822
Equipamentos e processamento de dados		82.398	17.419	(387)	-	3.595	103.025
Benfeitorias em imóveis de terceiros		5.219	-	-	-	-	5.219
Imobilizado em andamento		9.161	12.967	(54)	-	(16.625)	5.449
Adiantamento a fornecedores		4.803	22.829	(234)	-	(22.680)	4.718
Direito de Uso de IFRS 16		-	20.822	(4.351)	-	-	16.471
Sub total custo		442.749	84.408	(11.021)	266	-	516.402
Depreciação							
Edificações		(30.917)	(6.098)	748	-	-	(36.267)
Máquinas e equipamentos		(127.804)	(8.105)	7.200	-	(18.995)	(147.704)
Leasing (1)	(1)	(39.890)	(497)	-	-	18.995	(21.392)
Móveis e utensílios		(9.434)	(1.418)	24	-	-	(10.828)
Veículos		(662)	(127)	254	-	-	(535)
Equipamentos e processamentos de dados		(58.659)	(10.901)	120	-	-	(69.440)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(3.557)	(1.044)	-	-	-	(4.601)
Direito de Uso de IFRS 16		-	(5.538)	880	-	-	(4.658)
Sub total depreciação		(270.923)	(33.728)	9.226	-	-	(295.425)
Total imobilizado líquido		171.826	50.680	(1.795)	266	-	220.977

(1) *Leasing* de máquinas e equipamentos de processamento de dados que são caracterizados como arrendamento financeiro com base no CPC 06 (R1) e não sofreram impacto com a adoção do CPC 06 (R2).

		Consolidado								
		2018	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	IAS 29	Impairment	Variação cambial	Transferência	2019
Custo										
Terrenos		9.954	-	(154)	-	-	-	231	-	10.031
Edificações		119.912	1.861	(1.011)	-	-	-	393	12.662	133.817
Máquinas e equipamentos		456.733	8.076	(14.436)	266	13.004	-	(6.601)	51.308	508.350
Leasing (1)	(1)	52.517	-	-	-	-	-	470	(19.445)	33.542
Móveis e utensílios		24.615	2.428	(759)	-	307	-	(91)	1.361	27.861
Veículos		2.175	119	(350)	-	247	-	(267)	-	1.924
Equipamentos e processamento de dados		152.377	21.902	(11.660)	-	2.430	-	(1.353)	3.117	166.813
Benfeitorias em imóveis de terceiros		71.070	1.283	(1.031)	-	5.427	-	161	3.791	80.701
Imobilizado em andamento		24.192	31.817	(53)	-	(2.785)	-	556	(36.448)	17.279
Adiantamento a fornecedores		4.803	22.844	(234)	-	-	-	-	(22.695)	4.718
Direito de Uso de IFRS 16		-	120.394	(4.976)	-	723	-	3.846	-	119.987
Impairment		-	-	-	-	-	(35.879)	354	-	(35.525)
Sub total custo		918.348	210.724	(34.664)	266	19.353	(35.879)	(2.301)	(6.349)	1.069.498
Sub total depreciação										
Edificações		(53.336)	(7.450)	931	-	-	-	(161)	(979)	(60.995)
Máquinas e equipamentos		(300.037)	(29.693)	16.074	-	(9.967)	-	6.272	(18.996)	(336.347)
Leasing (1)	(1)	(44.217)	(2.196)	-	-	-	-	(212)	18.996	(27.629)
Móveis e utensílios		(16.235)	(2.149)	568	-	(259)	-	103	(1)	(17.973)
Veículos		(1.564)	(249)	335	-	(183)	-	192	2	(1.467)
Equipamentos e processamento de dados		(114.929)	(16.612)	10.327	-	(2.114)	-	1.274	-	(122.054)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(22.523)	(7.197)	958	-	(318)	-	(439)	979	(28.540)
Direito de Uso de IFRS 16		-	(21.393)	919	-	(19)	-	(161)	(2)	(20.656)
Impairment		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub total depreciação		(552.841)	(86.939)	30.112	-	(12.860)	-	6.868	(1)	(615.661)
Total imobilizado líquido		365.507	123.785	(4.552)	266	6.493	(35.879)	4.567	(6.350)	453.837

(1) *Leasing* de máquinas e equipamentos de processamento de dados. Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada desses ativos. Em 31/12/19 e 2018, a Cia. possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R$3.895. Em 31/12/19, devido as condições atuais de mercado alinhado com o processo de consolidação das plantas, a Cia. registrou uma perda de R$35.879 (Equivalente a US$8.463) por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados. Esta perda foi representada pela redução no valor contábil de determinados itens do imobilizado principalmente sobre os ativos arrendados conforme a norma contábil IFRS 16 no montante de aproximadamente R$16.998 (Equivalente a US$4.217) no segmento de meios de pagamentos a seu respectivo valor recuperável. Os efeitos dessa perda foram refletidos no grupo de outras despesas operacionais no resultado do exercício. A provisão para perda referente ao valor recuperável de R$35.879 foi baseada no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos da controlada Valid USA e Valid Secure Packaging, ambas localizadas nos Estados Unidos. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 9,7% antes dos tributos.

	Controladora					
	2017	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	Transferência	2018
Custo						
Terrenos	3.886	-	-	-	-	3.886
Edificações	79.484	9	-	-	4.760	84.253
Máquinas e equipamentos	199.581	4.882	(14.660)	(1.587)	7.315	195.531
Leasing (1)	42.622	1	-	-	(1.786)	40.837
Móveis e utensílios	15.207	427	(95)	-	32	15.571
Veículos	2.612	251	(2.009)	-	236	1.090
Equipamentos e processamento de dados	76.077	5.754	(855)	-	1.422	82.398
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.218	1	-	-	-	5.219
Imobilizado em andamento	7.589	9.861	(43)	-	(8.246)	9.161
Adiantamento a fornecedores	1.210	7.326	-	-	(3.733)	4.803
Sub total custo	433.486	28.512	(17.662)	(1.587)	-	442.749
Depreciação						
Edificações	(25.368)	(5.549)	-	-	-	(30.917)
Máquinas e equipamentos	(130.037)	(8.398)	12.206	-	(1.575)	(127.804)
Leasing (1)	(35.817)	(5.648)	-	-	1.575	(39.890)
Móveis e utensílios	(8.212)	(1.264)	42	-	-	(9.434)
Veículos	(1.216)	(486)	1.040	-	-	(662)
Equipamentos e processamentos de dados	(45.053)	(14.005)	399	-	-	(58.659)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.513)	(1.044)	-	-	-	(3.557)
Sub total depreciação	(248.216)	(36.394)	13.687	-	-	(270.923)
Total imobilizado líquido	185.270	(7.882)	(3.975)	(1.587)	-	171.826

	Consolidado							
	2017	Aquisições de Controladas	Adição	Baixa	Provisão obsolescência	Variação cambial	Transferência	2018
Custo								
Terrenos	9.115	-	-	-	-	839	-	9.954
Edificações	113.616	-	19	-	-	1.338	4.939	119.912
Máquinas e equipamentos	411.908	1.556	10.732	(22.926)	(1.370)	41.917	14.916	456.733
Leasing (1)	52.594	-	-	-	-	1.709	(1.786)	52.517
Móveis e utensílios	23.130	26	605	(197)	-	1.263	(212)	24.615
Veículos	3.626	-	249	(2.228)	-	292	236	2.175
Equipamentos e processamento de dados	135.717	-	7.403	(1.182)	-	7.361	3.078	152.377
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.197	-	370	-	-	9.546	15.957	71.070
Imobilizado em andamento	32.522	-	24.006	(141)	-	1.145	(33.340)	24.192
Adiantamento a fornecedores	1.265	-	7.326	-	-	-	(3.788)	4.803
Sub total custo	828.690	1.582	50.710	(26.674)	(1.370)	65.410	-	918.348
Sub total depreciação								
Edificações	(46.102)	-	(6.772)	-	-	(462)	-	(53.336)
Máquinas e equipamentos	(261.057)	-	(27.891)	20.360	-	(29.873)	(1.575)	(300.036)
Leasing (1)	(38.086)	-	(7.218)	-	-	(488)	1.575	(44.217)
Móveis e utensílios	(13.397)	(1)	(2.117)	49	-	(949)	178	(16.237)
Veículos	(1.923)	-	(689)	1.225	-	(177)	-	(1.564)
Equipamentos e processamento de dados	(89.294)	-	(20.664)	727	-	(5.519)	(178)	(114.928)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(14.581)	-	(5.908)	-	-	(2.034)	-	(22.523)
Sub total depreciação	(464.440)	(1)	(71.259)	22.361	-	(39.502)	-	(552.841)
Total imobilizado líquido	364.250	1.581	(20.549)	(4.313)	(1.370)	25.908	-	365.507

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar: As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar pela Cia. e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid USA
Valor total	US$52.500 mil	US$10.000 mil	US$10.000 mil	US$10.000 mil
Data de vencimento	Novembro/2018	Abril/2019	Outubro/2019	Janeiro/2020
Remuneração	2,64% a.a.	Libor + 2,70% a.a.	Libor + 2,65% a.a.	Libor + 2,70% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestrais (a partir de nov/2014)	Semestrais (a partir de abr/2016)	Trimestral (a partir dez/2015)	Semestral (a partir jan/2017)
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de maio/2013)	Semestrais (a partir de out/2014)	Trimestral (a partir dez/2014)	Semestral (a partir jul/2015)

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid USA
Valor total	US$17.000 mil	US$4.000 mil (Conta Garantida)	US$12.000 mil	US$14.000 mil
Data de vencimento	Junho/2019	Julho/2019	Abril/2022	Maio/2022
Remuneração	Libor 3 meses +2,65% a.a.	Drawdon + 2,65% a.a.	Libor + 2,25% a.a.	Libor + 1,98% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestral a partir Dezembro/2016	Agosto e Setembro/2018	Anual (a partir de 2020)	Anual (a partir de 2020)
Pagamento de juros	Trimestrais partir de Setembro/2016	-	Semestral	Bimestral

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid Argentina
Valor total	EUR 13.000	US$50.000	US$385
Data de vencimento	Abril/2022	Maio/2022	Junho/2019
Remuneração	2,42% a.a.	6,55% a.a.	7,10% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	N/A
Amortização do principal	Anual	Semestral a partir Maio/2019	Mensal
Pagamento de juros	Anual a partir de 2020	Semestral a partir de Novembro/2017	Mensal

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid Espanha	Valid Espanha
Valor total	US$50.000	US$38.889
Data de vencimento	Maio/2022	Maio/2022
Remuneração	5,55% a.a.	5,20% a.a
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestral a partir de Maio/2018	Semestral a partir de Maio/2020
Pagamento de juros	Semestral a partir de Novembro/2017	Semestral a partir de Novembro/2019
Descrição	**Leasing (b)**	**Leasing (b)**
Tomador	Valid USA	Valid USA
Valor total	US$2.153	US$854
Data de vencimento	Maio/2022	Junho/2021
Remuneração	5,42% a.a.	5,80% a.a.
Garantia	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais

Debêntures (c)	7ª emissão - 24/05/2018
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração em 21/05/2018
Quantidade	36.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R$10.000
Valor total	R$360.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Data de vencimento	Junho/2023
Remuneração	115,0% da Taxa média DI acumulada
Garantia	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais (a partir de Junho/2020)
Pagamento de juros	Semestral, a partir de Dezembro/2018
"*Rating*" pela Moody's	N/A

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos	-	-	474.102	464.906
Debêntures	359.180	359.069	359.180	359.069
Arrendamentos	12.408	-	111.968	6.866
Total	371.588	359.069	945.250	830.841
Circulante	96.061	1.212	275.552	213.403
Não Circulante	275.527	357.857	669.698	617.438

(1) Os saldos foram constituídos em 1º/01/19 como parte da adoção do IFRS 16 e atualizados para 31/12/19 como parte da elaboração das demonstrações financeiras de 31/12/19. Conforme divulgado na Nota 3, os impactos da adoção inicial em 1º/01/19 da controladora e no consolidado foram de R$15.207 (R$3.911 como passivo circulante e R$11.296 no passivo não circulante) e R$112.605 (R$15.512 classificados como passivo circulante e R$97.093 classificados como passivo não circulante). Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, debêntures, financiamentos e *leasing*: a) Empréstimos: Em 26/11/12, a Valid USA captou empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. no montante de US$52.500 mil, para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em novembro de 2018, a subsidiária Valid USA efetuou de forma integral a liquidação do empréstimo. Em 29/04/14, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US$10.000 mil para arcar com os custos de reestruturação da empresa. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em abril de 2019, a subsidiária Valid USA efetuou de forma integral a liquidação do empréstimo. Em 31/10/14, a Valid USA contratou uma linha de crédito no montante de US$20.000 junto ao HSBC Bank USA. Dessa linha, foi realizada em 31/10/14 a captação de US$10.000 mil, sendo aproximadamente US$3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US$7.000 mil para capital de giro; em 30/04/15, captou os US$10.000 mil remanescentes. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em junho de 2019, a subsidiária Valid USA efetuou de forma integral a liquidação desse empréstimo. Em 29/01/15, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US$10.000, com o objetivo de obter caixa para a aquisição dos ativos da empresa VSP. A Controladora é a garantidora desse empréstimo. Em 10/05/16, a Valid USA contratou uma linha de crédito de US$17.000 mil junto ao Banco Citibank S.A. Dessa linha, foi realizada em 10 de maio e 30/09/16 a captação de US$10.000 mil e US$7.000 mil, respectivamente, com objetivo de reposição do caixa para liquidação de compromissos no curto prazo, sendo liquidado de forma integral em maio de 2019. Foi captado uma linha de crédito de US$6.000 mil (US$3.000 mil em julho de 2018 e US$3.000 mil em outubro de 2018), com o objetivo de suprir necessidades de curto prazo. O montante foi quitado no exercício findo em 31/12/18. Em 18/05/17 e 2/06/17, a Valid Espanha contratou duas linhas de crédito de US$50.000 mil junto ao Itaú BBA e US$50.000 mil junto ao Banco Santander para honrar compromissos e reposição de caixa para pagamento de suas dívidas. A controlada Valid Espanha quitou de forma integral o empréstimo do Itaú BBA em maio de 2019. Em 18/01/19, a Valid Argentina captou empréstimo junto ao Banco Galícia com a finalidade de suprir necessidades de capital de giro no curto prazo. O valor da linha de crédito foi de US$ 385 mil. O montante foi quitado em junho de 2019. Foi captado uma linha de crédito junto ao Banco HSBC pela subsidiária Valid USA no montante de US$4.000 mil (US$2.000 mil em 1º/03/2019 e US$2.000 mil em 25/03/19) com o objetivo de rolagem da dívida e para suprir necessidades de caixa. Em abril de 2019, foi captado junto ao Banco HSBC pela subsidiária Valid USA o empréstimo de US$12.000 mil com a finalidade de rolagem da dívida e para suprir necessidades de caixa. Em maio de 2019, foi captado junto ao Banco do Brasil através da subsidiária Valid USA um empréstimo no montante de US$14.000 mil com a finalidade de rolagem da dívida e para suprir necessidades de caixa. Em 13/11/18, a Valid Espanha contratou uma linha de crédito de EUR13.000 mil junto ao Banco Santander para honrar compromissos e reposição de caixa. Em 7/05/19, a Valid Espanha contratou uma linha de crédito de US$ 38.888 mil junto ao Banco Itaú com objetivo de rolagem da dívida e para suprir necessidades de caixa. Os empréstimos preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Cia. cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31/12/19 e 2018. Abaixo, encontram-se descritas as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais dos empréstimos das subsidiárias Valid USA e Valid Espanha: • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a três; • EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75. A Valid USA e Valid Espanha estão restritas a: (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que seja aprovada pelos credores); (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa; (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra empresa, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão); (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, em que venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida. No exercício findo em 31/12/19, foram pagos R$312.178 ($185.094 em 31/12/18), sendo desse montante R$25.143 (R$26.856 em 31/12/18) a título de juros sobre empréstimos. Em 31/12/19 e 2018, os saldos dos empréstimos estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
Empréstimos	2019	2018	2019	2018
Principal	-	-	470.453	461.524
Juros	-	-	4.315	4.844
Outras obrigações	-	-	(666)	(1.462)
Total	-	-	474.102	464.906
Circulante	-	-	164.930	210.127
Não Circulante	-	-	309.172	254.779

b) Debêntures: Em 31/12/19 e 2018, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
Debêntures	2019	2018	2019	2018
Principal	360.000	360.000	360.000	360.000
Juros	1.323	1.839	1.323	1.839
Outras obrigações	(2.143)	(2.770)	(2.143)	(2.770)
Total	359.180	359.069	359.180	359.069
Circulante	90.696	1.212	90.696	1.212
Não Circulante	268.484	357.857	268.484	357.857

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Cia. cumpriu, adequadamente, as cláusulas contratuais em 31/12/2019 e 2018. Os *covenants* financeiros das debêntures da Cia. estão apresentados abaixo: • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a três; • EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75. Em 6/07/16, foi captado o montante de R$199.613 referente à 6ª emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo, tendo sido quitado em 26/07/18. Em 4/06/18, foi captado o montante de R$360.000 referente à 7ª emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo. No exercício findo em 31/12/19, foram pagos juros remuneratórios, no montante de R$24.933 (R$26.037 em 31/12/18). c) Arrendamentos: A Cia. adotou o IFRS16 a partir/01/2019. A seguir, demonstramos os pagamentos mínimos futuros a devidos pela Cia. referentes aos seus arrendamentos e de suas controladas em 31/12/19:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Até 1 ano	5.365	19.926
De 1 ano a 5 anos	7.043	50.878
Acima de 5 anos	-	41.164
Total	12.408	111.968

A seguir, o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31/12/19 e de 2018 (não considera encargos futuros):

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Até 1 ano	90.696	1.212	255.626	213.403
De 1 ano a 2 anos	89.495	89.465	244.716	198.122
De 2 anos a 3 anos	89.495	89.464	243.446	190.357
De 3 anos a 4 anos	89.494	89.464	89.494	139.495
De 4 anos a 5 anos	-	89.464	-	89.464
Total	359.180	359.069	833.282	830.841

13. Provisões: A Cia. e suas controladas figuram como parte autora e parte ré em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Cia., amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos. Em 31/12/19 e 2018, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora				
	2018	Provisões	Reversões	Pagamentos	2019
Trabalhistas	10.769	7.007	(4.571)	(1.468)	11.737
Tributárias	1.159	11	-	-	1.170
Cíveis, comerciais e outros	113	13	(8)	(26)	92
Total	12.041	7.031	(4.579)	(1.494)	12.999

	Consolidado					
	2018	Provisões	Reversões	Pagamentos	Variação Cambial	2019
Trabalhistas	13.608	7.521	(5.520)	(1.705)	(96)	13.808
Tributárias	1.277	4.367	(29)	(4.330)	(2)	1.283
Cíveis, comerciais e outros	131	63	(11)	(31)	-	152
Total	15.016	11.951	(5.560)	(6.066)	(98)	15.243

a) Provisões: Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo: • Trabalhistas: envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, adicionais, equiparação salarial, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações prováveis de maior representatividade totalizam o montante de R$4.160 (R$2.246 em 31/12/18) na Controladora e Consolidado. • Tributárias: o saldo provisionado refere-se a ação anulatória de débito que representa uma contingência de R$1.170 em 31/12/19 (R$1.159 em 31/12/18). O objeto da referida ação é o reconhecimento de que parte do débito exigido na Execução Fiscal nº 2005.51.01.511329-9, oriundo da exclusão do lucro real de valores de aplicações financeiras bloqueados pelo Plano Collor, foi compensado com crédito em favor da Cia.; b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível: Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	34.307	34.282	35.694	35.797
Tributários	253.238	250.785	298.177	295.893
Cíveis, comerciais e outros	50.379	54.742	55.507	91.979
Total	337.924	339.809	389.378	423.669

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo: *Processos tributários:* (i) Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"): a Cia. possui autuações lavradas, de 2010 a 2013, por autoridades fiscais federais sob o argumento de que os impressos personalizados produzidos pela Cia. deveriam ter uma classificação fiscal distinta daquela que foi adotada. De acordo com o código fiscal indicado pela Receita Federal, os materiais confeccionados pela Cia. estariam sujeitos à tributação pelo IPI, configurando-a, portanto, como devedora de IPI à União Federal. Ainda na mesma autuação, o Fisco utilizou os créditos de IPI (conforme descrito na Nota Explicativa nº 8), acumulados em razão da aquisição de insumos aplicados na confecção dos referidos impressos, para abater os débitos apurados, objetos das autuações. Ato contínuo, como consequência da amortização dos créditos de IPI com os débitos, o Fisco glosou declarações de compensação nas quais foram utilizados esses créditos. Por uma mudança na orientação financeira do tema, a Cia. deixou de compensar os créditos acumulados com outros tributos federais e passou a requerer o ressarcimento em moeda dos correspondentes valores. De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos, a Cia. considera a perda como possível e, dessa forma, deixa de constituir provisão. O valor atualizado, em 31/12/19, desses processos monta R$32.503 (R$41.367 em 31/12/18). (ii) Auto de infração - arquivos eletrônicos fiscais: a Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a Cia., em 2012, auto de infração, no montante de R$13.651 (R$13.237 em 31/12/18), referente a multas por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais (GIA e EFD). A Cia. ingressou com ação judicial para anular o débito, que se encontra, atualmente, em primeira instância judicial, na fase de realização de perícia. Os valores apresentados acima representam a melhor estimativa da Cia. em 31/12/19. (iii) INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") está reclamando, desde 2007, um recolhimento realizado por parte da Cia. no montante atualizado de R$2.004 em 31/12/19 (R$1.851 em 31/12/18). Em sentença amparada por súmula vinculante, o juiz afastou a parte do débito que estava prescrito. Atualmente, está pendente o julgamento dos recursos de apelação apresentados pelas partes. (iv) IRPJ e CSLL: a Receita Federal lavrou, em 2013, auto de infração contra a controlada Interprint, no montante atualizado de R$31.275 em 31/12/19 (R$30.178 em 31/12/18), referente à suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na sua escrituração contábil. A Interprint teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs recurso voluntário. Atualmente, o recurso está pendente de julgamento. (v) A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Cia., cobrando supostos valores de ICMS desde janeiro de 2012 a dezembro de 2013, por entender ser exigível ICMS sobre (i) transferências entre estabelecimentos do mesmo titular; e (ii) saídas para outros estabelecimentos tributadas como prestação de serviço. Em 31/12/19, o montante atualizado do referido processo é de R$106.698 (R$102.999 em 31/12/18). Em 19/04/17, o recurso da controladora foi julgado parcialmente procedente. Atualmente, aguarda-se a apresentação do recurso pela Fazenda Estadual e a intimação formal da Cia.. (vi) A Cia. ajuizou ação anulatória para afastar a exigência de recolhimento de ICMS exigida por Auto de Infração. Em decisão interlocutória, o Tribunal de Justiça suspendeu a exigibilidade do crédito por vislumbrar que o caso concreto guarda relação com a hipótese da Súmula nº 166 do STJ. Após o processo retornar à primeira instância para seu regular prosseguimento. Em 31/12/19, o montante atualizado do referido processo é de R$53.395 (R$52.146 em 31/12/18). (vii) A Cia. teve auto de infração lavrado pela Receita Federal exigindo supostos recolhimentos previdenciários por entender que os contratos de representantes comerciais na realidade encobrem relação de emprego. Foi apresentada impugnação e aguarda-se o julgamento. Em 31/12/19, o montante atualizado do referido processo é de R$16.682 (R$13.229 em 31/12/18). *Processos cíveis, comerciais e outros:* (i) Ação cível ajuizada contra a Cia. em 3/02/04, cujo autor é um ex-representante comercial, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. Em 31/12/19, o valor atualizado da ação é de R$27.924 (R$33.989 em 31/12/18). (ii) Ação cível ajuizada pela Cia. em 9/07/07, requerendo a anulação ou, se assim não se entender, a redução da multa imposta pela ANATEL. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação, em 31/12/19, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R$12.972 (R$12.635 em 31/12/18). *Processos trabalhistas:* A Cia. possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS, dentre outros direitos trabalhistas. Em 31/12/19, as reclamações possíveis de maior representatividade referentes aos temas acima somam o montante de R$17.981 (R$15.888 em 31/12/18). A Cia. e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas, em 31/12/19 no consolidado corresponde à R$8.291 (R$7.824 em 31/12/18). Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 2,5% a 3,0% a.a. reconhecidos na demonstração do resultado.

14. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	2019	2018
Contas a Receber (a)		
Interprint	1.010	1.340
Valid Certificadora Digital	482	616
Valid Participações	38	61
Valid USA	756	492
Valid Argentina	206	164
Sucursal Colômbia	533	125
Tress	78	70
Blu Pay	2.050	-
Total Ativo Circulante	5.153	2.868
Contas a Pagar (a)		
Interprint	(3.431)	-
Valid Certificadora Digital	(19)	(23)
Valid A/S	-	(1.740)
URAM	(33)	(33)
Sucursal Colômbia	(44)	(35)
Tress	(55)	-
BluPay	(2.000)	-
Total Passivo Circulante	(5.582)	(1.831)
Total	(2.479)	1.037

	Controladora 2019	Controladora 2018
Receita Liquida (a)	2.334	655
Interprint	196	299
Valid Certificadora Digital	40	-
Valid Argentina	37	351
Valid Sucursal Colômbia	416	5
Tress	1.645	-
Custo (a)	(42.892)	(18.568)
Valid Certificadora Digital	(816)	(892)
Interprint	(3.583)	(48)
Valid Espanha	(9.327)	(10.385)
Valid USA	(51)	-
Valid A/S	(27.942)	(6.429)
Valid Argentina	(359)	-
Uram	(55)	(62)
Valid México	-	(670)
Valid Sucursal Colômbia	-	(27)
Tress	(759)	(55)

(a) As operações referem-se à compra de insumos entre as empresas, sendo a produção feita de acordo com as necessidades das partes envolvidas, não existindo contrato firmado de produção mínima. O prazo médio de pagamento/recebimento dos valores envolvidos é de 35 dias, sendo todas as transações realizadas de acordo com as práticas de mercado. Transações patrimoniais entre partes relacionadas que não impactaram a Controladora: • Em 31/12/19, a Valid Espanha possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Argentina no montante de R$3.387, R$8.560 com a Valid USA, R$35 com a Valid Sucursal e R$17.259 com a Valid México, referentes à venda de insumos (R$786 com a Valid Argentina, R$1.650 Valid USA, R$5.608 Valid Sucursal e R$12.167 com a Valid México em 31/12/18). • Em 31/12/19, a Valid A/S possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Espanha no montante de R$6.477, Valid Nigéria R$6.671, Valid USA R$12.967 e com a Valid Argentina de R$13.704, referente à venda de insumos (R$928 com a Valid Espanha e R$6.137 com a Valid Argentina em 31/12/18). • Em 5/02/18, a Valid Espanha celebrou um contrato de mútuo com a Valid Sucursal Colômbia no montante de US$300 com juros remuneratórios de 2,5% a.a. O contrato foi quitado em 07/11/19. • A Valid Espanha celebrou dois contratos de mútuo com a Valid Nigéria, no montante de US$542 mil e US$500 mil nos meses de maio e setembro de 2018, respectivamente, com incidência de juros remuneratórios de 4,07% a.a. Os contratos foram quitados em 08/04/19 e 06/08/19. • A Valid Espanha celebrou dois contratos de mútuo com a Valid AS no montante de US$3.000 mil em 10/11/17 no qual a controlada efetuou a quitação do mesmo em 31/12/18 e US$1.600 mil em 26/09/18 com juros remuneratórios de 4,00% a.a. Em 31/12/19, o saldo do mútuo em aberto é de US$69 mil (equivalentes a R$278). • A Valid Espanha celebrou dois contratos de mútuo com a Valid USA no montante total de US$13.000 mil em 23/11/18 com juros remuneratórios de 6% a.a. Em 31/12/19, o saldo deste mútuo é de US$3.001 mil (equivalente a R$12.098). • A Valid Espanha celebrou um contrato de mútuo com a Valid AS no montante de US$1.800 mil em 01/12/18 com juros remuneratórios de 6% a.a. Em 31/12/19, o saldo deste mútuo é de US$1.892 mil (equivalente a R$7.882). · A Valid Espanha celebrou um contrato de mútuo com a Valid USA no montante de US$2.500 mil em 15/03/19 e em 26/09/19, celebrou contrato de mútuo de US$ de 2.000 mil com juros remuneratórios de 5,2% a.a. sendo este mútuo quitado em novembro de 2019. Em 31/12/19, o saldo do mútuo de US$2.500 atualizado é de US$2.718 mil (equivalente a R$10.959). • Em 29/07/19, a Interprint celebrou um contrato de mútuo com a Nexitera no montante de R$3.000 com juros remuneratórios de 115% das taxas médias diárias de DI expressa na forma percentual ao ano, calculando-se a remuneração *pro rata die*. Em 14/10/19, foi realizado um aditivo deste contrato no montante de R$2.000. Em 31/12/19, o saldo em aberto desses contratos corresponde ao montante de R$5.120. Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal: No exercício findo em 31/12/19 e de 2018, a remuneração dos administradores, conselheiros e demais diretores não estatutários, registrada na demonstração do resultado, que incluem encargos sociais e demais benefícios está demonstrada a seguir:

Consolidado	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2019
Remuneração fixa anual	**1.982**	**424**	**7.264**	**3.049**	**12.719**
Remuneração	1.624	367	5.013	2.214	9.218
Encargos e benefícios	340	57	1.389	523	2.309
Benefício direto e indireto	18	-	862	312	1.192
Remuneração variável anual	**886**	**-**	**2.542**	**1.049**	**4.477**
Remuneração variável	-	-	1.036	776	1.812
Remuneração baseada em ações	886	-	753	221	1.860
Encargos por ônus do empregador	-	-	753	52	805
Total Remuneração	**2.868**	**424**	**9.806**	**4.098**	**17.196**

(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26/04/19, corresponde ao montante de R$19.794.

Consolidado	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2018
Remuneração fixa anual	**1.990**	**431**	**8.206**	**2.981**	**13.608**
Remuneração	1.630	359	5.035	1.014	8.038
Encargos e benefícios	326	-	2.367	774	3.467
Benefício direto e indireto	34	72	804	1.193	2.103
Remuneração variável anual	**852**	**-**	**4.349**	**682**	**5.883**
Remuneração variável	-	-	2.500	274	2.774
Remuneração baseada em ações	852	-	592	236	1.680
Encargos por ônus do empregador	-	-	1.257	172	1.429
Total Remuneração	**2.842**	**431**	**12.555**	**3.663**	**19.491**

(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26/04/18, corresponde ao montante de R$20.964. **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/05/17, foi aprovado o aumento do capital social em R$163.688, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 6.475.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 ação para cada lote de 10 ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na B3, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R$25,28 por ação. Dessa forma, o capital social passou de R$756.000 dividido em 64.750.000 para R$919.688 divididos em 71.225.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Capital social bruto	919.688
Gastos com emissão de ações ocorrido em 2015	(15.180)
Capital social líquido dos gastos com emissão de ações	**904.508**

A Cia. está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas. b) Reservas de capital e ações em tesouraria: *Opções de outorgas reconhecidas e planos de ações restritas:* Em 31/12/16, em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Cia. possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R$6.111. Em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Cia. realizada em 28/04/17 e aditada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8/06/18, foi aprovado Plano de Incentivo de Longo Prazo da Cia. (ações restritas), que contém os termos e as condições gerais para a transferência de ações ordinárias da Cia. para os participantes do Plano eleitos pelo Conselho de Administração. A opção de recebimento de prêmio baseados em ações foi disponibilizada para alguns executivos da Cia. e encontra-se baseada nas normas descritas no CPC 10 (IFRS 02) - Pagamento Baseado em Ações. A Cia. reconhece o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na Cia. e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção dividendos e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado. O número de opções disponibilizadas é fixo e predeterminado no momento da sua concessão. O preço de exercício das opções é ajustado pela taxa DI acrescidas de taxa anual de 6%. O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Monte Carlo. O preço-base das Ações da Cia. ("Preço Base") foi estabelecido em R$15,24 no primeiro plano e R$17,45 no segundo plano; o preço-base foi calculado com base na cotação média de fechamento das ações da Cia. na B3 no período de 30 dias anterior à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração, ou seja, no período entre 31/05/17 e 29/06/17 para o primeiro plano e no período entre 29/06/18 e 28/06/19 para o segundo plano. A transferência das ações está sujeita ao atingimento de metas de performance anual da Cia., que será apurado mediante a comparação entre o preço-base R$15,24 para o primeiro plano e R$17,45 para o segundo plano e o preço de verificação a ser apurado pelo Conselho de Administração com base na cotação média de fechamento das ações da Cia. no período entre 31/05/18 e 29/06/18 para o primeiro plano e 29/06/18 e 28/06/19 para o segundo plano. Expectativa de reconhecimento do plano de ações restritas no resultado do exercício segregado por ano: A Cia. reconhece mensalmente o montante de forma *pró-rata* em reserva de capital, na rubrica de "Opções de outorgas reconhecidas" com o registro da contrapartida no resultado. Para o exercício findo em 31/12/19, a Cia. registrou o montante de R$2.215.

A opções de outorga estão assim resumidas:	1º Plano	2º Plano
Quantidade mínima de ações aprovada no plano (*)	178.063	178.063
Preço-base por ação	15,24	20,74
Custo com outorgas	2.713	3.694

(*) Não houve ações com direito prescrito, exercidas, expiradas durante o período de nove meses findo em 30/09/19.

Durante o exercício findo em 31/12/18, foram transferidas 175.752 ações aos participantes do plano. A liquidação de todas as ações ocorreu por meio da entrega das ações ordinárias que a Cia. mantinha em tesouraria, com uma média ponderada na data da transação no valor de R$18,40, totalizando o montante de transferência de ações no valor de R$3.234. *Ações em tesouraria:* Desde janeiro de 2008, a Cia. tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Cia. para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Essas ações são adquiridas com recursos do caixa da Cia..A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014
04/02/2016	1.000.000 ações	1,50%	01/02/2017
01/02/2017	1.000.000 ações	1,57%	02/02/2018
02/02/2018	1.000.000 ações	1,44%	06/09/2019
12/11/2019	1.000.000 ações	1,45%	12/05/2021

Em 31/12/19, a Cia. mantém 920.458 ações ordinárias em tesouraria no exercício findo em 31/12/19 (820.458 ações em 31/12/18), cujo custo médio ponderado de aquisição assim como custo mínimo e custo máximo estão demonstrados a seguir:

Tipo	2019	Controladora - Custo de Aquisição em Reais: Valor da Ação Mínimo	Valor da Ação Máximo	Valor da Ação Ponderado
Valor do custo de aquisição da ação		11,64	25,39	17,47

Baseado na última cotação de mercado disponível, em 31/12/2019, o valor das ações em tesouraria é de R$16.076, cujo preço médio ponderado assim como preço mínimo e preço máximo em 31/12/2019 estão demonstrados a seguir:

Tipo	2019	Preço (em reais): Valor da Ação Mínimo	Valor da Ação Máximo	Valor da Ação Ponderado	Valor da Ação - Última Cotação
Valor atual da ação		11,04	21,05	15,77	16,98

Tipo	Quantidade: 2018	Adição	Baixa	Bonificação	2019
Quantidade Ações Ordinárias em Tesouraria	820.458	100.000	-	-	920.458

Em 31/12/17, a Cia. possuía um saldo de ações no montante de R$13.073 e adquiriu durante o exercício de 2018 o volume de 235.830 ações no valor total de R$5.050 e distribuição de 175.752 ações brutas restritas no valor total de (R$3.234) referente ao plano de recompra de ações, totalizando assim em 31/12/18 o valor de R$14.889. Durante o exercício de 2019, adquiriu o volume de 100.000 ações no valor de R$1.187, totalizando no exercício findo em 31/12/19 o montante de R$16.076. c) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/19, o saldo da reserva legal representava o montante de R$58.983 (R$56.269 em 31/12/18). *Reserva para investimento:* É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/19, foi constituído o montante de R$2.354 como reserva de investimento passando o saldo para R$134.794 (R$124.428 em 31/12/18). A Cia. registrou o montante de R$8.838 (R$12.184 em 31/12/18) referente ao impacto da atualização monetária dos itens não monetários devido à adoção de *IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies* e um ajuste por impairment no montante de R$826 devedor.d) Dividendos e juros sobre capital próprio:

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação	Data	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/17	-	-	8
Dividendos adicionais declarados referente ao exercício de 2017	R$0,15021	26/04/2018	10.577
Pagamento de dividendos declarados referente ao exercício de 2017	R$0,15021	18/05/2018	(10.576)
JCP declarados referente ao exercício de 2018	R$0,23529	21/09/2018	16.566
Pagamento de JCP referente ao exercício de 2018	R$0,23529	11/10/2018	(16.566)
JCP declarados referente ao exercício de 2018	R$0,58823	11/12/2018	41.414
Pagamento de IR sobre JCP declarado no exercício de 2018	R$0,58823	26/12/2018	(3.975)
Saldo em 31/12/18			37.448
Pagamento de JCP referente ao exercício de 2018	R$0,58823	10/01/2019	**(37.438)**
JCP declarados referente ao exercício de 2019	R$0,70000	11/11/2019	**49.213**
Pagamento de IR sobre JCP declarado no exercício de 2019	R$0,70000	11/11/2019	**(4.872)**
Saldo em 31/12/19			**44.351**

Os Juros sobre Capital Próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os Juros sobre Capital Próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os Juros sobre Capital Próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. O estatuto social da Cia. estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Cia. está propondo à Assembleia Geral dos Acionistas, destinar o montante do lucro do exercício findo em 31/12/19, conforme segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	2019	2018
Lucro líquido do exercício atribuído aos proprietários da Controladora	**54.281**	100.040
Constituição de reserva legal (5%)	**(2.714)**	(5.002)
Lucro líquido do exercício ajustado	**51.567**	95.038
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**25.783**	23.760
Dividendos intercalares declarados referentes ao exercício		-
Juros sobre o capital próprio declarados referentes ao exercício	**(49.213)**	(57.980)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	**4.872**	5.565
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	**(44.341)**	(52.415)
Dividendos adicionais propostos	-	-
Resumo das destinações:	**2019**	**2018**
Reserva legal	**2.714**	5.002
Reserva para investimento	**2.354**	37.058
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	**49.213**	57.980
Lucro líquido do exercício	**54.281**	100.040

e) Outros resultados abrangentes: *Ajustes acumulados de conversão:* Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7/10/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras ("CPC 02"), equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Cia. constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições. Em 31/12/19, o saldo desta rubrica era credor em R$4.041 (devedor em R$8.808 em 31/12/18). Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, direta e indireta, diferentes do Real (Dólar e Euro). *Hedge de investimento líquido em operação no exterior.* Conforme CPC 48 (IFRS 09) as operações de *hedge* de investimentos líquido em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante as de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do investimento de *hedge* relacionado à parcela efetiva é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O ganho ou perda relativos à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida. A controlada Valid Espanha apresenta investimentos líquidos em operações no exterior em USD, contabilizando as variações cambiais das operações em outros resultados abrangentes, conforme definido pelo IAS 21. Essa transação refletia em oscilações cambiais decorrente da paridade entre dólar (moeda do investimento) e euro (moeda funcional da Valid Espanha). Durante o primeiro semestre de 2018, a Cia. decidiu melhorar o nível de sua atual estrutura de gerenciamento de risco e passou avaliar formas de mitigar as oscilações cambiais registradas em seu patrimônio líquido. Sendo assim, com intuito de proteção da variação cambial, a Cia. decidiu manter percentual mínimo dos investimentos líquidos em operações no exterior protegidos contra a variação cambial (investimento na Valid USA (dólar americano)) e designou instrumentos não derivativos para cobertura da variação cambial. Em 31/12/19, o saldo devedor é de R$19.903 na rubrica de "Outros resultados abrangentes" relativos a *hedge* de investimentos líquido em operações no exterior (devedor em R$14.915 em 31/12/18).

f) Participação de não controladores	2019	2018
Saldo no início do exercício	**16.535**	11.694
Participação no resultado do período	**(540)**	38
Adição (redução) de participação de não controladores após a aquisição do controle da Nexitera	**(1.535)**	3.925
Aumento de participação acionária na Nexitera	**107**	-
Participação de não controladores oriundas da Blu Pay	**1.098**	-
Participação de não controladores oriundas da Valid Nigéria	**1.921**	-
Ajustes acumulados de conversão	**656**	878
Saldo no fim do exercício	**18.242**	16.535

16. Resultado por ação: A Cia. apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para o exercício findo em 31/12/19 e de 2018.

	Controladora 2019	Controladora 2018
Lucro líquido atribuído. aos detentores de ações ord. Controladora	**54.281**	100.040
Média ponderada da quantidade ações ordinárias para o resultado	**70.366**	70.436
Resultado por ação - resultado básico por ação (em Reais)	**0,77141**	1,42030

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Cia. são equivalentes, considerando que a Cia. e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial diluído. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados. **17. Informações por segmento:** Para fins de administração, a Cia. é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações: a) Meios de pagamento: Neste segmento são considerados os produtos e soluções integradas, tais como, cartões com chip e de tarja magnética, gift cards, impressão de cheques, faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, ofertamos soluções em Radio Frequency Identification – RFID, cartões contactless e de pagamentos móveis (por meio de TSM – Trusted Service Manager e HCE – Host Card Emulation, via NFC – Near Field Communication). b) Identificação: O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade, carteiras de habilitação, carteiras de conselho de classe, selos para segurança e autenticidade de marcas. A Cia. oferece uma estrutura full service, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para Smart Cities, selos rastreáveis e serviços de Certificação Digital. c) Telecom: No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Cia., destacam-se os serviços de emissão extrato e tecnologias para o uso em celular e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel. Nesse segmento, a Cia. atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular – como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards o principal produto da unidade de negócio. Pensando nas tendências do mercado de Telecom, a Valid está ativamente participando das diferentes iniciativas associadas a evolução do cartão SIM, especificamente o que tem se denominado como eUICC (embedded UICC), essa nova fase do SIM considera um mercado mais amplo uma vez que o cartão SIM agora faz parte da conectividade relacionada as iniciativas de Machine to Machine e Internet of Things (IoT), o chip estará sendo embarcado não só num celular mas também em outros tipos de dispositivos, por exemplo automóveis, medidores de energia, etc. Nesse novo contexto, a solução considera a parte do chip, mas também uma plataforma de ativação do chip (conhecida como Subscription Manager). A Administração da Cia. monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado, principalmente, com base no lucro alocado por segmento, que compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social. As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio, podem ser resumidas a seguir:

31/12/2019	Identificação	Meios de Pagamento	Telecom	Eliminações	Não alocado a segmentos	Consolidado
Receitas						
Receitas de clientes	623.657	936.588	447.717	-	-	**2.007.962**
Receitas de intersegmento	4.695	96.359	142.405	(243.459)	-	-
Total das Receitas	628.352	1.032.947	590.122	(243.459)	-	**2.007.962**
Custos	(423.657)	(838.638)	(304.469)	-	-	**(1.566.764)**
Despesas de vendas	(31.170)	(53.505)	(84.447)	-	-	**(169.122)**
Despesas administrativas	(34.108)	(31.420)	(16.947)	-	-	**(82.475)**
Custos e despesas de intersegmento	(4.695)	(96.359)	(142.405)	243.459	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(60.545)	**(60.545)**
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	-	-	(61.578)	**(61.578)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	2.346	**2.346**
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	(16.083)	**(16.083)**
Lucro líquido do período						**53.741**

31/12/2019	Identificação	Meios de Pagamento	Telecom	Eliminações	Consolidado
Ativos Operacionais	274.928	563.369	339.123	(89.438)	**1.087.982**
Clientes	107.123	124.204	265.228	(89.438)	**407.117**
Estoques	10.161	180.032	36.835	-	**227.028**
Imobilizado	157.644	259.133	37.060	-	**453.837**
Passivos Operacionais	13.430	134.704	122.558	(89.612)	**181.080**
Fornecedores	13.430	134.704	122.558	(89.612)	**181.080**

31/12/2018	Identificação	Meios de Pagamento	Telecom	Eliminações	Não alocado a segmentos	Consolidado
Receitas						
Receitas de clientes	635.371	712.979	385.962	-	-	1.734.312
Receitas de intersegmento	1.026	48.217	117.276	(166.519)	-	-
Total das Receitas	636.397	761.196	503.238	(166.519)	-	1.734.312
Custos	(410.193)	(633.922)	(266.940)	-	-	(1.311.055)
Despesas de vendas	(26.064)	(39.113)	(70.475)	-	-	(135.652)
Despesas administrativas	(35.942)	(31.267)	(19.088)	-	-	(86.297)
Custos e despesas de intersegmento	(1.026)	(48.217)	(117.276)	166.519	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(26.214)	(26.214)
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	-	-	(45.984)	(45.984)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.677)	-	-	(2.677)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	(26.355)	(26.355)
Lucro líquido do período						100.078

31/12/2018	Identificação	Meios de Pagamento	Telecom	Eliminações	Consolidado
Ativos Operacionais	265.025	426.050	241.850	(37.978)	894.947
Clientes	133.871	110.369	177.276	(37.978)	383.538
Estoques	11.983	96.124	37.795	-	145.902
Imobilizado	119.171	219.557	26.779	-	365.507
Passivos Operacionais	10.725	72.617	63.488	(37.978)	108.852
Fornecedores	10.725	72.617	63.488	(37.978)	108.852

As rubricas "Outras despesas operacionais, líquidas", "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" e "Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro" estão apresentadas na tabela acima de forma não segmentada, pois a Cia. entende que essas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional. A Cia. e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Nigéria, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Taiwan, China e Irlanda. Por não serem individualmente representativas, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros - exceto EUA, Argentina e EMEAA - estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

Receitas por distribuição geográfica	Consolidado 2019	Consolidado 2018
No país sede da entidade - Brasil	**1.012.992**	915.159
Na Argentina	**96.698**	53.117
Na EMEAA (**)	**318.124**	259.914
Nos demais países estrangeiros	**80.409**	61.501
Nos Estados Unidos da América	**499.739**	444.621
Receitas por região	**2.007.962**	1.734.312

Ativos não circulantes (*)	Consolidado 2019	Consolidado 2018
No país sede da entidade - Brasil	**487.642**	450.921
Na Argentina	**14.073**	14.899
Na EMEAA (**)	**458.178**	415.113
Nos Estados Unidos da América	**359.229**	332.325
Nos demais países estrangeiros	**8.804**	3.107
Ativos não circulantes por região	**1.327.926**	1.216.365

(*) Não contempla tributos diferidos. (**) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Indonésia, China e Nigéria.

Informações sobre os principais clientes: Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), equivalente ao IFRS 8, a Administração da Cia. informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Cia. e suas controladas. **18. Planos de benefícios de aposentadoria:** A Cia. concede planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados localizados no Brasil de acordo com os grupos definidos na política interna do plano de previdência. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Cia. e suas controladas em fundos controlados por agentes fiduciários. A Cia. contribui com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria, sendo a única obrigação da Cia. com relação ao plano de aposentadoria a de fazer tais contribuições. No exercício findo em 31/12/19 e de 2018, a Cia. e suas controladas reconheceram na demonstração de resultado do período na rubrica dos "Custos dos produtos vendidos" e "Despesas operacionais", os seguintes valores relacionados a benefícios:

Benefícios	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Plano de previdência privada	**(1.811)**	(1.739)	**(2.243)**	(1.923)
Total	**(1.811)**	(1.739)	**(2.243)**	(1.923)

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Cia. e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais passivos financeiros da Cia. e suas controladas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Cia. e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Cia. e suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações. Mensuração do valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo das contas a receber, partes relacionadas e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Cia. se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Cia., em 31/12/19, são como segue:

Mensuração do valor justo	Classificação após adoção do IFRS 09	Controladora Valor contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	6.370	6.370	50.101	50.101
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	200.017	200.017	268.421	268.421
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	3.115	3.115	3.115	3.115
Contas a receber	Custo amortizado	156.891	156.891	447.940	447.940
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	5.153	5.153	1.972	1.972
Outras contas a receber	Custo amortizado	6.239	6.239	63.696	63.696
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	31.879	31.879	36.435	36.435
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	43.796	43.796	181.080	181.080
Débitos com partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado	5.582	5.582	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	359.180	361.233	833.283	857.165
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	44.351	44.351	44.351	44.351

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Cia., em 31/12/18, são como segue:

Mensuração do valor justo	Classificação após adoção do IFRS 09	Controladora Valor contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	10.549	10.549	63.314	63.314
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	188.428	188.428	248.257	248.257
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	1.830	1.830	1.830	1.830
Contas a receber	Custo amortizado	163.531	163.531	421.314	421.314
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	2.868	2.868	-	-
Outras contas a receber	Custo amortizado	5.454	5.454	43.046	43.046
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	32.455	32.455	38.616	38.616
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	29.089	29.089	108.852	108.852
Débitos com partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado	1.831	1.831	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	359.069	361.839	830.841	859.441
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	37.448	37.448	37.448	37.448

Hierarquia do valor justo: De acordo com o CPC 46/IFRS 13, a Cia. mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa, equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros registrados a valor justo 31/12/19 e 2018:

Controladora – Descrição	2019	Mvmts - Hierarquia do valor justo	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 1)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 2)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 3)
Caixa e bancos		-	-	-	-
Equivalentes de caixa		-	-	200.017	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.115	-
Total		-	-	203.132	-

Controladora – Descrição	2018	Mvmts - Hierarquia do valor justo	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 1)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 2)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 3)
Caixa e bancos		-	-	-	-
Equivalentes de caixa		-	-	188.428	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.830	-
Total		-	-	190.258	-

Consolidado – Descrição	2019	Mvmts - Hierarquia do valor justo	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 1)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 2)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 3)
Caixa e bancos		-	-	-	-
Equivalentes de caixa		-	-	268.421	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.115	-
Total		-	-	271.536	-

Consolidado – Descrição	2018	Mvmts - Hierarquia do valor justo	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 1)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 2)	Mvmts - Valor de Mercado para ativos idênticos (Nivel 3)
Caixa e bancos		-	-	-	-
Equivalentes de caixa		-	-	248.257	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.830	-
Total		-	-	250.087	-

Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Cia. e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao DI. Para os empréstimos mais relevantes da Cia. o indexador atrelado é a taxa Libor. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Cia. e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Cia. e suas controladas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Cia. em controladas no exterior. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Cia. e suas controladas a uma estimativa de valorização do Real em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real, conforme descritas na Nota 2.6.b. A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das controladas convertidas para o real no fim do período do relatório e considerando uma desvalorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A valorização do real resultaria em uma redução no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

Moeda	Consolidado Variação cambial 25%	Consolidado Variação cambial 50%
PL Pesos Argentino	4.442	8.883
PL Pesos Colombianos	2.020	4.039
PL Pesos Mexicanos	1.803	3.607
PL Pesos Uruguaios	358	715
PL Euros	121.524	243.049
PL Dólares	103.482	206.964

A Cia. possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano ("Dólar") e do Euro. A Cia. estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31/12/19, em um impacto nas despesas financeiras no montante de R$1.462 na controladora e R$2.954 no consolidado (R$0 e R$0 em 31/12/18) relacionado a esses saldos. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Cia. e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido à solidez de tais clientes, a Administração da Cia. não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber (Nota 5). Depósitos em bancos e instituições financeiras: Todas as operações da Cia. e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da Administração da Cia., minimiza seus riscos. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Cia. e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Cia. e suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Cia. e suas controladas. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/19, de acordo com o que dita o § 39 do CPC 40 (R1):

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Até 1 mês	**43.796**	29.089	**181.080**	108.852
Fornecedores	**43.796**	29.089	**181.080**	108.852
Até 1 mês	**-**	1.212	**5.977**	5.724
De 1 a 3 meses	**-**	-	**16.736**	20.389
De 3 meses a 1 ano	**90.696**	-	**232.913**	185.226
De 1 ano a 5 anos	**268.484**	357.857	**577.656**	612.636
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**359.180**	359.069	**833.282**	823.975
Total Risco de liquidez	**402.976**	388.158	**1.014.362**	932.827

Análise de sensibilidade: A Instrução CVM nº 475, de 17/12/08, dispõe que as Cia.s abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Cia. estão atrelados: (i) à variação do Certificado de Depósito Interbancário (DI), principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e às aplicações financeiras; (ii) à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora; e (iii) à taxa Libor no que tange aos empréstimos captados pela Cia. e suas controladas através da subsidiária Valid USA e controlada direta Valid Espanha. Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Cia. são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do DI; já os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP. Adicionalmente, a Cia. possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Cia. por entender que não geraria nenhum benefício. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Cia., em 31/12/19, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pela BM&F Bovespa datado em 23/01/20 foi obtida a projeção do DI para os próximos 12 meses, de 4,40%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data-base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31/12/19, projetando um ano e verificando a sensibilidade do DI em cada cenário.

Controladora – Operação	Saldo em 2019	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	**200.017**	**DI**	**4,40%**	**3,30%**	**2,20%**
Receita financeira bruta			**8.801**	**6.601**	**4.400**

Consolidado – Operação	Saldo em 2019	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	**268.421**	**DI**	**4,40%**	**3,30%**	**2,20%**
Receita financeira bruta			**11.811**	**8.858**	**5.905**

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Cia. com as debêntures em 31/12/19. Foram acrescidos 115,0% para 7ª emissão, alcançando o indexador de 5,06%, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data-base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31/12/19, projetando um ano e verificando a sensibilidade do DI em cada cenário.

Operação	Saldos em 2019	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (7ª emissão)	**359.180**	**DI**	**5,06%**	**6,33%**	**7,59%**
Despesa financeira bruta			**18.175**	**22.736**	**27.262**

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Valid USA com os empréstimos em 31/12/19. Foi considerada 1,82% como Libor três meses projetada e divulgadas pelo Terminal Bloomberg em 31/12/19 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 2019	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	**111.547**	**Libor**	**1,82%**	**2,28%**	**2,73%**
Despesa financeira bruta			**2.030**	**2.543**	**3.045**

20. Seguros: A Cia. adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31/12/19, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Cia. possuía são as seguintes:

Modalidade	Moeda	Importância Segurada
Responsabilidade civil	Real	78.938
Riscos operacionais	Real	866.394
Riscos diversos	Real	205.566
Veículos	Real	4.941
D&O - Responsabilidade civil de executivos	Real	57.246
E&O - Responsabilidade profissional	Real	426.312
Fidelidade e crime	Real	13.061
Transporte de mercadorias - importação/exportação	Dólar Americano	13.837

21. Receita de vendas líquida	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita bruta de venda de produtos	**60.385**	46.045	**702.750**	780.729
Receita bruta de venda de serviços	**876.064**	746.016	**1.453.794**	1.093.250
Total da receita bruta	**936.449**	792.061	**2.156.544**	1.873.979
Imposto sobre vendas	**(119.458)**	(102.055)	**(142.687)**	(127.751)
Devoluções sobre vendas	**(3.494)**	(871)	**(5.895)**	(11.916)
Receita de vendas liquida	**813.497**	689.135	**2.007.962**	1.734.312

22. Custos e despesas por natureza: A Cia. optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento dos custos e despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por Natureza	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Mão de obra	**188.245**	169.798	**443.549**	398.585
Benefícios a empregados	**61.901**	55.558	**90.325**	81.836
Impostos e taxas	**54.983**	49.542	**88.191**	79.311
Arrendamento operacional	**9.933**	18.375	**13.344**	39.054
Depreciação e amortização	**41.107**	42.039	**123.658**	107.786
Material de consumo/matéria-prima	**162.660**	124.431	**637.960**	517.336
Serviços de terceiros	**82.814**	38.440	**172.653**	135.651
Manutenção	**18.713**	15.687	**36.274**	29.131
Utilidades e serviços	**38.356**	35.633	**87.813**	78.848
Comissões sobre vendas	**17.150**	7.036	**33.458**	17.939
Frete sobre vendas	**9.857**	10.540	**24.533**	20.213
Gerais e outros	**28.033**	21.927	**66.603**	27.314
Total de despesas por natureza	**713.752**	589.006	**1.818.361**	1.533.004
Classificadas como				
Custos das mercadorias e serviços	**634.987**	522.984	**1.566.764**	1.311.055
Despesas com vendas	**48.174**	33.589	**169.122**	135.652
Despesas gerais e administrativas	**30.591**	32.433	**82.475**	86.297
Total	**713.752**	589.006	**1.818.361**	1.533.004

23. Receitas e despesas financeiras

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	**9.246**	11.409	**12.836**	14.587
Variação cambial, juros s/ mútuos Op. Intercompany.	**50**	-	**493**	7.155
Variação cambial de empréstimos	**-**	-	**-**	15.388
Expurgo correção monetária Plano Verão	**-**	23.695	**-**	23.695
Outras variações cambiais	**514**	763	**67.994**	26.339
Outras receitas financeiras	**913**	999	**1.389**	1.231
Total receitas financeiras	**10.723**	36.866	**82.712**	88.395
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	**(25.044)**	(27.014)	**(51.941)**	(54.157)
Juros e variação cambial de leasing	**-**	-	**(364)**	(362)
Variação cambial e juros sobre mútuo	**-**	-	**-**	(3.758)
Variação cambial de empréstimos	**-**	-	**(673)**	(14.244)
Outras variações cambiais	**(599)**	(801)	**(73.523)**	(35.531)
Despesas bancárias	**(911)**	(839)	**(6.183)**	(5.438)
Outras despesas financeiras	**(748)**	(557)	**(4.068)**	(1.119)
Juros sobre arrendamentos	**(1.070)**	-	**(6.505)**	-
Total Despesas financeiras	**(28.372)**	(29.211)	**(143.257)**	(114.609)
Total receitas e despesas financeiras	**(17.649)**	7.655	**(60.545)**	(26.214)

24. Outras receitas (despesas) operacionais: As principais informações de registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" em 31/12/19 e de 2018 estão sendo apresentadas a seguir:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas com reestruturação	**(6.784)**	(886)	**(6.074)**	(23.142)
Outras despesas operacionais líquidas	**(5.429)**	(2.964)	**(9.904)**	(7.312)
Amortização de mais valia de ativos	**-**	-	**(11.692)**	**(9.317)**
Custo na venda do ativo imobilizado e provisão para obsolescência	**5.361**	(5.600)	**3.637**	**(6.213)**
Impairment	**-**	-	**(44.886)**	-
Venda da joint venture (Incard) (*)	**-**	-	**7.341**	-
Total de outras despesas operacionais	**(6.852)**	(9.450)	**(61.578)**	(45.984)

(*) Houve um impacto de US$1,9 milhão (R$7,3 milhão) devido à venda da Joint Venture Incard do Brasil Ltda. Conforme fato relevante divulgado em 27/03/13, houve a denúncia do Joint Venture Agreement firmado em 3/04/02 com a empresa Incard S.A., cuja ação judicial de dissolução parcial que se seguiu, foi encerrada por acordo entre as partes, que ora se encontra em fase de registro da retirada da Interprint da sociedade Incard do Brasil Ltda. A Cia. e suas controladas decidiram realizar a consolidação de plantas nas regiões do Brasil e Estados Unidos da América, ambas em maio de 2016, através de um plano detalhado aprovado pela Administração, a Cia. e suas controladas realizaram a constituição de provisão para os gastos com reestruturações, com o objetivo de otimizar seus recursos, incrementar seu desempenho operacional e competitividade. Inclui as seguintes naturezas: mão de obra, provisão para desmobilização e outras pulverizadas. Os desembolsos de recursos envolvendo essas consolidações ocorreram até o final de 2018. Em função das diferenças temporais tributárias nesta operação, foi constituída a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que estão registrados, na Controladora e Consolidado conforme Nota 6. **25. Divulgações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:**

a) Transações não caixa:	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Imobilizado adquiridos e não pagos	**9.891**	2.966	**11.000**	7.213
Intangível adquiridos e não pagos	**615**	-	**16.931**	-
Imobilizado - direitos de uso IFRS 16	**20.822**	-	**120.394**	-
Arrendamentos	**21.063**	-	**124.954**	-
Ações em tesouraria (*)	**-**	838	**-**	838
Baixa de imobilizado e intangível	**-**	-	**1.535**	-
Impairment	**-**	-	**826**	-
Adição de ágio sob aumento de participação	**-**	-	**107**	-
Venda de participação acionária – Valid Nigéria	**-**	-	**1.837**	-
Participação oriundas de não controladores – Valid Nigéria	**-**	-	**1.921**	-
Caixa líquido na aquisição de controladas	**2.000**	-	**2.000**	-
Outras contas á pagar na aquisição de empresas	**19.900**	-	**19.900**	-
Mais valia gerado e intangível adquirido nas aquisições de investidas	**-**	-	**-**	41.053
Mais valia gerado e imobilizado adquirido nas aquisições de investidas	**-**	-	**-**	1.582
Ágio gerado nas aquisições de investidas	**-**	-	**-**	5.019
Aumento de capital á realizar na Nexitera	**-**	-	**-**	2.949
Adicao de investimento na aquisição de investidas	**-**	-	**-**	3.094
Leasing	**-**	-	**-**	103

(*) Baseando-se pelos contratos de outorga, os funcionários eram os responsáveis pelo pagamento de qualquer imposto de renda gerado sobre a transferência das ações restritas e, por conta disso eles optaram por devolver aproximadamente 27% das ações à Cia. para cobrir essas despesas, totalizando o montante de R$838 que foi registrado como adição na rubrica de ações em tesouraria. b) Movimentação dos passivos das atividades de financiamento: As principais movimentações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* nas atividades de financiamento no período de nove meses findo em 31/12/19 e no exercício findo em 31/12/18, estão sendo apresentadas a seguir:

Controladora	2018	Adição	Baixa	Pagamento (principal + juros)	Apropriação (juros + custo transação)	2019
Debêntures	359.069	-	-	(24.933)	25.044	359.180
Leasing	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	-	21.063	(3.859)	(5.966)	1.170	12.408
Total Dívida	359.069	21.063	(3.859)	(30.899)	26.214	371.588

Consolidado	2018	Adição	Baixa	Pagamento (principal + juros)	Apropriação (juros + custo transação)	Atualização Cambial	Variação cambial (PL)	2019
Empréstimos	464.906	275.614	26	(312.178)	26.897	673	18.165	474.103
Financiamentos	-	3	-	(3)	-	-	-	-
Debêntures	359.069	-	-	(24.933)	25.044	-	-	359.180
Arrendamentos	6.866	124.954	(4.390)	(26.560)	6.869	-	4.228	111.967
Total Dívida	830.841	400.571	(4.364)	(363.674)	58.810	673	22.393	945.250

26. Conciliação do LAJIDA: A Cia. utiliza a métrica do LAJIDA (EBTIDA) como principal métrica de avaliação de desempenho operacional e financeiro. Para fins de atendimento aos termos do § 2º a do artigo 2º da Instrução CVM nº 527/12, demonstramos abaixo a conciliação dos valores do cálculo do EBITDA para exercício findo em 31/12/19 e de 2018.

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do período	**54.281**	100.040
(+) Participação dos não controladores	**(540)**	38
(+) Imposto de renda e contribuição social	**16.083**	26.355
(+) Despesas/receitas financeiras	**60.545**	26.214
(+) Depreciação e amortização	**135.350**	117.103
EBTIDA conforme Instrução CVM nº 572, de 4/10/2012	**265.719**	269.750
(+) Outras despesas operacionais	**61.578**	45.984
(+) Depreciação e amortização	**(15.944)**	(13.410)
(+/-) Equivalência patrimonial do minoritário	**(2.346)**	2.677
(+) Despesas não recorrentes	-	-
EBTIDA ajustado (1)	**309.007**	305.001

(1) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4/10/12, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA Ajustado é utilizado pela Cia. como medida adicional de desempenho das operações e não deve ser utilizado em substituição aos resultados. O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado por meio da eliminação dos efeitos de outras (receitas) despesas operacionais, depreciação e amortização da administração, efeitos de depreciação, amortização, despesas e impostos sobre equivalência patrimonial da CUBIC e BCT e outras despesas não recorrentes. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Cia.. O EBITDA Ajustado, dessa forma, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos e despesas decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros. **27. Eventos Subsequentes:** • Em 13/01/20, a Cia. através de sua subsidiária Valid Holding Denmark Aps adquiriu 49% de participação acionária sobre a empresa Valid Card Manufacturing Taiwan Limited pelo montante de US$796 (Equivalentes á R$3.288 na data da transação), obtendo após esta transação os 100% de participação acionária. • Em 28/01/20, a diretoria da Cia. aprovou, o aumento de capital social na Valid Espanha, para fins de incremento de seu capital de giro, sem modificações do número de ações, no montante de USD7.000.

Declaração dos Diretores da Cia. sobre as Demonstrações Financeiras: Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, a Diretoria da Cia. declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019.

Declaração dos Diretores da Cia. sobre o Parecer dos Auditores Independentes: Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, a Diretoria da Cia. declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com a opinião de seus auditores independentes referenciada no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício findo em 31/12/2019.

DIRETORIA: Carlos Affonso Seigneur d'Albuquerque – Diretor Presidente; Rita Cristiane Ribeiro Carvalho – Diretora Financeira e de Relações com Investidores; Marcello dos Santos Ribeiro– Diretor de Identificação; Patrícia Pineiro de Souza – Diretora de Recursos Humanos; Daniel Matos Impieri – Diretor de Meios de Pagamento e Telecom Latam. **CONTADOR:** Domingo José Antelo Gonzalez – CRC-RJ 51.066/O-7; **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Sidney Levy – Presidente; Marcílio Marques Moreira – Vice-Presidente; Claudio Almeida Prado – Conselheiro Independente; Henrique Bredda - Conselheiro Independente; Guilherme Affonso Ferreira - Conselheiro Independente; Fiamma Zarife - Conselheiro Independente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Valid Soluções S.A.** RJ - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Valid Soluções S.A. (Cia.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/19 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. em 31/12/19, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cia.. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 10, a Cia. possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$493.782 mil em 31/12/19, que representa 20% do total do ativo consolidado da Cia. naquela data. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Cia. deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, cotação de moedas estrangeiras e rentabilidade dos negócios da Cia. e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil e dos países em que se encontram suas controladas, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, em particular os dados utilizados para determinar as taxas de desconto utilizadas pela Administração da Cia.; (ii) a avaliação da razoabilidade das projeções e metodologia utilizadas pela Cia., em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual potencial inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Cia. sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.6, a Cia. reconhece suas receitas pelo regime de competência e na extensão em que o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Cia. espera ter direito em troca destes bens ou serviços. No caso da venda de produtos, isso ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao comprador, transferindo o controle a partir da transferência efetiva da propriedade dos produtos. Quanto à venda de serviços, a receita é reconhecida apenas quando ocorre a efetiva prestação dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Cia. foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de produtos vendidos e serviços prestados; (iii) à sua geração em diferentes jurisdições; e (iv) a relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Cia. e suas controladas possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Cia. relacionados ao reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, dos pedidos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes da efetiva entrega dos produtos e/ou dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega dos produtos vendidos e/ou serviços prestados durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) a realização de procedimentos substantivos analíticos para avaliar as tendências e padrões das receitas reconhecidas em bases mensais pela Cia.; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas Notas Explicativas 2.6 e 21 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Cia. derivadas das vendas de produtos e de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/19, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 05/03/20. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6. Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC-1RJ094644/O-0.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VALID SOLUÇÕES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. e Consolidado, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/19. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S. em 05/03/20, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio, e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

1. Apresentação e Informações Gerais: O Comitê de Auditoria foi instalado na VALID SOLUÇÕES S.A. em 20/06/17, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos rastreando a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos. (iv) a adequação das transações com partes relacionadas; (v) a gestão e monitoramento das exposições ao risco da Cia.. No cumprimento de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da VALID sejam completas e exatas e estejam de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Esta responsabilidade é da Administração e dos Auditores Independentes. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento e de eventuais informações provindas dos canais de denúncias, previsto no item 3.6. **2. A Composição do Comitê:** De acordo com o seu Regimento Interno, o CAE deverá ser composto por, no mínimo 3 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração da VALID, sendo ao menos 01 (um) membro do Conselho de Administração da VALID que não participe da Diretoria, ao menos 01 (um) dos membros do CAE com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e a maioria dos membros independentes. Em maio de 2019, o Conselho de Administração da VALID aprovou a nomeação dentre os membros do Conselho, os Conselheiros, Sr. Marcílio Marques Moreira, o Sr. Mauricio Menezes e a Sra. Fiamma Zarife para compor o Comitê de Auditoria Estatutário. Em dezembro de 2019, o conselheiro Sr. Sidney Levy passa a fazer parte do Comitê de Auditoria em substituição ao Sr. Mauricio Menezes para que este pudesse assumir a posição de COO (Diretor de Operações) da Valid S.A. **3. Resumo das Atividades em 2019: 3.1. Reuniões Realizadas e Principais Características:** No período de 01 de janeiro a 31/12/19, foram realizadas 12 reuniões ordinárias, do Comitê de Auditoria da VALID, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes para realizar o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria. As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram devidamente formalizadas em atas. **3.2. Auditoria Independente:** O Comitê mantém com os auditores externos (Ernst & Young) um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Estas reuniões têm como objetivo a apreciação das Revisões Trimestrais (ITR) e da Demonstração Financeira Anual antes de suas divulgações ao mercado. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **3.3. Demonstrações Contábeis:** O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Gerência Executiva de Contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, incluindo práticas contábeis relevantes, provisões e contingências, mudanças das práticas contábeis e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras no ano de 2019, análise das principais áreas com estimativas e julgamentos. As aquisições realizadas pela empresa durante o ano de 2019 estão de acordo com a estratégia da Cia. de expansão dos negócios no Brasil, em outros segmentos e no exterior. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. **3.4. Auditoria Interna:** O Comitê de Auditoria se reuniu com a Auditoria Interna para aprovação do Plano de Auditoria Interna, Plano Plurianual - 5 anos (2019 a 2023). No decorrer do ano de 2019, O Comitê de Auditoria acompanhou o desenvolvimento e execução dos trabalhos por meio de realização de reuniões periódicas. Os Relatórios finais da Auditoria Interna emitidos para os executivos da empresa incluindo as deficiências, justificativas e planos corretivos, são discutidos, aprovados pelo Comitê e apresentados ao Conselho de Administração. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a liquidez e solidez, isto é, a integridade e continuidade da Organização. **3.5. Sistemas de Controles Internos:** A Administração da VALID é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Ernst &Young é a firma de auditoria externa responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma complementar, apresentar relatório sobre o resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras. **3.6. Canal de Denúncias:** Em 2017, a Administração da VALID formalizou uma área de *Compliance* com a implementação de um novo Canal de Denúncia independente. Foram definidas novas Políticas e Diretrizes para acompanhamento desse canal, com definição das responsabilidades no recebimento, apuração e tratamento das denúncias de fraude, corrupção e suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência. A gerência de *Compliance* apresentou ao Comitê de Auditoria o funcionamento do sistema de *Compliance*, incluindo as estatísticas das denúncias durante o ano de 2019, status e funcionamento do canal de denúncia bem como o plano de treinamento das políticas de *Compliance*. **3.7. Gestão e Monitoramento de Riscos:** O Comitê, avaliou, em reuniões com a Diretoria, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e vem acompanhando os esforços da empresa com o desenvolvimento de gestão de riscos, o que deverá resultar em melhores controles na gestão integrada dos negócios. O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da VALID. O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização. **3.8. Transações Com Partes Relacionadas:** O Comitê de Auditoria tem como uma de suas atribuições "*avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Cia. e suas respectivas evidenciações.*" Este tema foi avaliado pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em 23/01/20, a partir da apresentação realizada pela Gerência Executiva de Contabilidade dos pontos relevantes do Relatório de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, o Comitê e a Auditoria Interna se reuniram com a Auditoria Externa para uma apresentação dos procedimentos de testes e abordagem para validação dos saldos referentes a partes relacionadas das demonstrações financeiras. **3.9. Outras Atividades:** Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria tratou de outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da empresa junto ao Conselho de Administração, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias do negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.**4. Comunicações do Comitê de Auditoria: 4.1. Conselho de Administração:** O Comitê de Auditoria reporta suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, em suas reuniões ordinárias, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Cia.. **4.2. Alta Administração - Diretoria Executiva e Gerentes Executivos:** Para as reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria, quando necessário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. **5. Recomendações à Diretoria Executiva:** O Comitê de Auditoria recomendou à Diretoria Executiva que sejam providenciados todos os recursos necessários para a completa implantação dos Planos de Ação recomendados pelas Auditoria Independente e Auditoria Interna. **6. Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração:** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VALID, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/19 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2019"). Considerando as informações prestadas nesta data pela Administração da VALID e pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31/12/19, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. Marcílio Marques Moreira - Membro e Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário -Especialista financeiro e de contabilidade societária Fiamma Zarife - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário Sidney Levy - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário.